



PARECER ÚNICO - PROTOCOLO SIAM nº 0212692/2018		
INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 00215/2008/006/2017	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva		VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos

PROCESSOS CONCLUÍDOS:	VINCULADOS	PA COPAM/SIM	SITUAÇÃO:
Outorga		48314/2017; 48919/2017	Registro de Uso Insignificante
Autorização para intervenção ambiental - AIA		Não se aplica	-
Relocação Reserva Legal		08050000039/17; 08050000040/17;08050000041/17	Termo assinado

EMPREENDEDOR: NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.	CNPJ: 08.979.772/0001-29	
EMPREENDIMENTO: NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.	CNPJ: 08.979.772/0001-29	
MUNICÍPIOS: Grão Mogol	ZONA: Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): UTM 23k	LAT/Y: 8182664 LONG/X: 754787	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA AMORTECIMENTO	
DE <input type="checkbox"/>	USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
BACIA FEDERAL: Rio Jequitinhonha UPGRH: JQ1 - Alto Jequitinhonha.	BACIA ESTADUAL: Alto Jequitinhonha SUB-BACIA: Ribeirão Piabanha, Vacaria e Paulista	
CÓDIGO: G-03-02-6	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Silvicultura	CLASSE: 5
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO NATIVA Serviços Ambientais LTDA Adailton Pereira Ferreira	REGISTRO CTF IBAMA: 800732/2009 CREA: 14201700000003696197	
RELATÓRIO DE VISTORIA: Superintendência de Projetos Prioritários nº: 25772/2018	DATA: 01/02/2018	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Adriano Tostes de Macedo - SUPPRI	1.043.722-6	
Paula Mendes dos Santos - SUPPRI	1.179151-4	
Cibele de Aguiar Neiva -SUPPRI	1.197.551-3	
Michele Alcici Sarsur - SUPPRI	1.197.267-6	
Mariana Mendes Carvalho – Analista Ambiental de formação jurídica	1.333.822-3	
De acordo: Leonardo Vieira de Faria Diretor de Apoio Técnico SUPPRI	1.066.496-9	
De acordo: Angélica Aparecida Sezini Diretora de Controle Processual	1.021.314-8	
De acordo: Rodrigo Ribas Superintendente de Projetos Prioritários	1.220.634-8	



1. Introdução

Em 23 de março de 2017 o empreendedor Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda. formalizou o processo de Licença de Operação em caráter corretivo para a atividade de silvicultura a qual abrange os municípios de Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho/MG. Foram apresentadas as documentações descritas no FOBI nº 1394469/2016, dentre elas o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental e Plano de Controle Ambiental, devidamente acompanhados das ART's - Anotação de Responsabilidade Técnica, elaborado pela empresa consultora NATIVA Serviços Ambientais LTDA.

Na 24ª reunião do Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável, realizada no dia 04 de abril de 2017, a presidente do INDI ressaltou a prioridade de análise do processo de licenciamento do empreendimento da Norflor.

Em 20 de fevereiro de 2018, através da Deliberação GCPPDES nº 03/18, o Grupo Coordenador de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável determinou a análise do presente processo à Superintendência de Projetos Prioritários – SUPPRI.

Ressalta-se que a Empresa obteve Licença de Operação em dezembro de 2008 e que foi solicitada sua Revalidação em fevereiro de 2013. Entretanto, o processo de Revalidação da Licença de Operação foi arquivado em 02 de dezembro de 2016, cujo ato foi publicado na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A fundamentação da SUPRAM Norte, superintendência responsável pela análise do processo, foi com base no art.4º, dos Incisos II e III da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/IGAM/FEAM nº 2288/2015, que dispõe sobre o prazo de 120 dias para a apresentação de informações complementares e caso as informações não sejam apresentadas no prazo estabelecido ou a documentação seja considerada insuficiente, os processos deverão ser arquivados.

Cabe salientar que, por meio do Auto de Infração nº 94689/2017, vinculado ao auto de fiscalização nº 100922/2017, a empresa teve suspensa as suas atividades até a regularização do empreendimento. Para tanto, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta perante a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, tendo a SUPPRI como compromitente, o qual estabeleceu a Norflor regularizar ambientalmente a atividade de silvicultura e demais processos pertinentes à atividade.

O presente parecer foi subsidiado pela análise dos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor, a vistoria em campo executada nos dias 30 e 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2018, cujo Auto de Fiscalização nº: 25772/2018 encontra-se acostado aos autos do processo, bem como as informações complementares solicitadas em 16/02/2018, por meio do ofício SUPPRI nº 022/2018, as quais foram devidamente atendidas em 22/02/2018, protocolo SUPPRI 202/2018.

2. Caracterização do Empreendimento

O projeto da NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. é formado de florestas de eucaliptos (*Eucalyptus* sp.), unidade administrativa, além de estradas e aceiros internos inerentes ao projeto de silvicultura. Destaca-se que a atividade de silvicultura teve início nas décadas de 70 e 80 e naquela época eram de propriedade da empresa Florestas Rio Doce S.A. O empreendimento está instalado nos municípios de Padre Carvalho, Josenópolis e Grão Mogol em



imóveis rurais, onde as matrículas pertencem a um único bloco localizado na coordenada de um ponto central (Sede) - UTM 23K - X: 754798; Y: 8182670. A empresa também possui Contratos particulares de cessão de direito de posse sobre o imóvel rural e contrato de arrendamento, conforme descrito na tabela 1.

Tabela 1 – Propriedades, áreas e matrículas

PROPRIEDADE	MATRÍCULA	MUNICÍPIOS	ÁREA (ha)
Fazenda Córrego do Meio	2.813 - CRI Grão Mogol	Josenópolis	15.787,57
Fazenda Ribeirão das Piabanhas (Curralinho)	área de Posse da empresa	Josenópolis	2.409,32
Fazenda Boa Vista	Arrendamento ITER	Padre Carvalho	838,89
Fazenda Curral dos Gerais	Arrendamento ITER	Grão Mogol/Josenópolis	3.149,85
Fazendas Corisco/Macuco I e II	Arrendamento ITER	Padre Carvalho	1.555,22
Fazenda Santa Terezinha	Arrendamento ITER	Grão Mogol	4.240,12
Fazenda Ribeirão das Piabanhas (Taquara)	Área de Posse da empresa	Josenópolis	182,49
Fazenda Ribeirão das Piabanhas (Taquara)	2.876 - CRI Grão Mogol	Josenópolis	577,76
Fazenda Ouvidor I	Área de Posse	Josenópolis	123,04
Fazenda Ouvidor II	Área de Posse	Josenópolis	290,93
Fazenda Ribeirão das Piabanhas (São José)	2.811 - CRI Grão Mogol	Josenópolis	1.163,71
Fazenda Ribeirão das Piabanhas (Ribeirão Santana/Inferno)	4.131 - CRI de Grão Mogol	Grão Mogol	2.962,36
Fazenda São Francisco e Curral Gerais (Cancela)	2.972 CRI Grão Mogol	Grão Mogol	450,00

Fonte: Norflor

O acesso ao local, tendo como referência a saída pelo município de Montes Claros, é feito pela BR 251, sentido Salinas. Após percorrer 156 km adentra-se na estrada municipal não pavimentada que leva ao município de Josenópolis e percorre mais 35 km até a sede do empreendimento.

A área diretamente afetada (ADA) pelo empreendimento corresponde às áreas dos talhões já plantados, aceiros e infraestrutura, ocupando um total 17.709,46 ha, sendo 16.832,00 ha de talhões, 872 ha de aceiros e estradas, 3,16 ha infraestrutura e 1,58 ha de cascalheira onde, atualmente, não há mais extração e estão sendo recuperadas.

A área de influência direta (AID) corresponde a um buffer de 1km da ADA que resultou em uma área de 161.997ha. A área de influência indireta (AII) que foi considerada nos estudos abrangeu os municípios de Padre Carvalho, Josenópolis e Grão Mogol. O mapa com as áreas de influência do empreendimento NORFLOR está demonstrado na Figura 1.

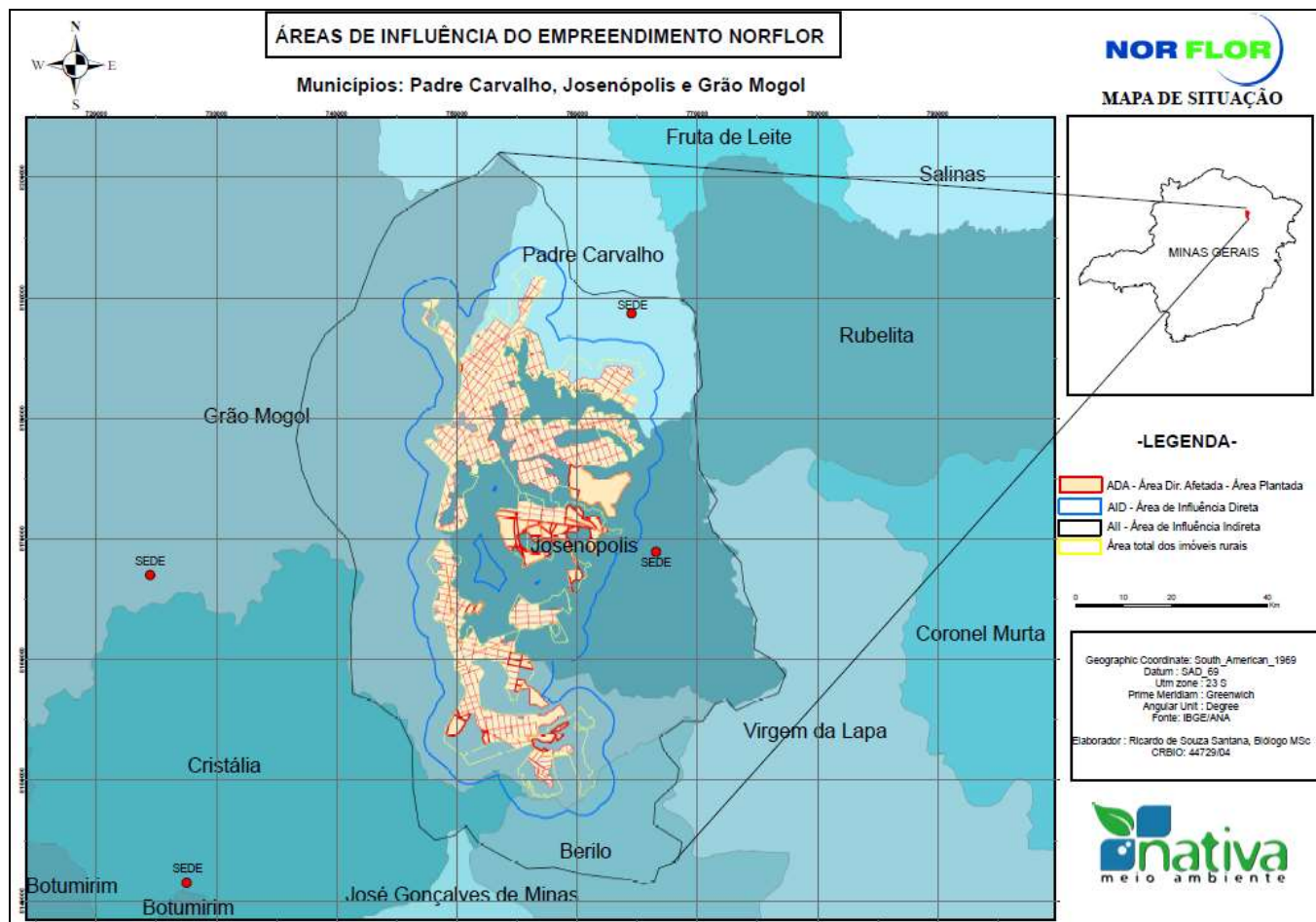


Figura 1 - Áreas de influência do empreendimento Norflor
Fonte: PCA, 2013

O licenciamento corretivo do empreendimento possui, como objetivo, promover a regularização da área já plantada, avaliar suas ações sociais e ambientais de forma integralizada e seus impactos sobre a região, o comércio local e à cadeia de prestadores de serviços na região de atuação.

De acordo com as informações presentes no EIA, a Norflor mantém um sistema de monitoramento para seus processos e atividades relacionados ao Manejo Florestal, permeando as perspectivas Ambiental (solo, água, flora, fauna e recursos naturais); Social Interna, relativos ao local de trabalho para os próprios colaboradores e contratados, saúde e segurança ocupacional; Social externa, que são as questões socioambientais e socioeconômicas relacionadas com comunidades em geral afetadas pelas atividades da silvicultura e, Econômica, conferindo o desempenho técnico-operacional e econômico de suas atividades.

Os estudos ainda citam que o empreendimento Norflor configura como fornecedor de madeira para uma termoelétrica em fase de instalação na região. Situado na região do Vale do Jequitinhonha, o empreendimento tem posição estratégica, junto a florestas plantadas de eucaliptos e próxima a toda infraestrutura existente propiciada pela UHE Irapé. Diante desse posicionamento estratégico, o empreendimento estabeleceu ganhos ambientais importantes, quais sejam:



- Geração de energia com base em biomassa (cavacos) sem qualquer tipo de emissões de monóxido de carbono no processo, reduzindo impactos de efeito estufa e aquecimento global, diferenciando outros tipos de térmicas convencionais a combustíveis fósseis;
- Mínima geração de resíduos com aproveitamento no próprio plantio de eucaliptos;
- Possibilidade de regulação da produção energética da UHE Irapé (hoje com a capacidade instalada de 400 MW) conjugada com a UTE Termoirapé.

Ressalta-se que o empreendimento possui área implantada consolidada. Contudo o empreendedor ressaltou as razões para a permanência do empreendimento, quais sejam:

- Disponibilidade de plantio em área já antropizada anteriormente por um projeto de silvicultura, onde, a vegetação encontra-se em estágio inicial de regeneração, reduzindo os impactos sobre a vegetação nativa em estágios avançados de regeneração;
- Facilidades de acesso à infraestrutura rodoviária: BR's 135, 251, 116 encontram-se reformadas e em bom estado de conservação para um prático e rápido escoamento da produção;
- Escoamento facilitado da produção com o futuro Complexo Guzeiro: a base florestal encontra-se em um raio cuja distância resulta em custo que justifique o transporte da matéria-prima e com rede viária em condições adequadas para o Complexo Guzeiro de Sete Lagoas, MG;
- Clima favorável: a pluviosidade na região varia entre 1.100 a 1.400 milímetros por ano;
- Topografia plana: facilita os processos de plantio, colheita e evita o surgimento de erosão;
- Solos aptos para a silvicultura: a qualidade do solo é favorável ao aumento de produtividade florestal;
- Utilização de inovação tecnológica nas diferentes técnicas de manejo permitindo a interligação entre o habitat natural e a floresta plantada.

Serão elencados neste parecer o diagnóstico ambiental, os impactos bem como as medidas mitigadoras e programas ambientais e socioeconômicos delineando a qualidade ambiental da região de inserção do empreendimento. Será também tratado o atendimento das cláusulas do TAC.

3. Diagnóstico Ambiental

Vale ressaltar que, conforme o EIA apresentado, o diagnóstico levou em conta as áreas de influência de acordo com a configuração das bacias hidrográficas afetadas, conforme estabelece a Resolução Conama 01/86.

Desta maneira, foi feita uma análise com abrangência de toda a região potencialmente passível de ser afetada, direta e indiretamente, pelo desenvolvimento da atividade, considerando os diferentes aspectos do meio físico, biótico e antrópico.



3.1 Meio Físico

3.1.1 Geologia Regional e Local

A área de inserção do empreendimento ocorre, especificamente, no domínio externo do orógeno Araçuaí onde há predomínio de rochas metamórficas do Neoproterozóico as quais são representadas pelas sequências litoestratigráficas do Grupo Macaúbas (Pedrosa-Soares et. al, 2007). O Grupo Macaúbas apresenta expressão regional e cobre ampla região do Orógeno Araçuaí, sendo considerada uma unidade de elevado potencial mineral.

A Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento ocorre prioritariamente sobre rochas da Formação Chapada Acauã (NP12ch), com amplas coberturas detrítico-aluvionares, sedimentos areno-silto-argilosos e coberturas detrítico coluvionares em superfícies de aplainamento que datam do Terciário e do Quaternário, cujo conjunto de depósitos recentes (NQd) recobre amplamente os litotipos da Formação Chapada Acauã. No extremo noroeste da ADA, muito localmente ocorrem pontos em que a ADA sobrepõe-se à Formação Nova Aurora (NP12na).

Nesta faixa, os principais litotipos que afloram da Formação Chapada Acauã são quartzo-biotita xistos, localmente apresentam intercalações de quartzitos, quartzitos ferruginosos, metadiamicctitos e filitos. Os xistos, comumente milonitizados, apresentam coloração acinzentada. Veios de quartzo, localmente estirados e dobrados, são comuns e portam concentrações de sulfetos.

A Área de Influência Indireta (AII) e direta (AID) do empreendimento, no contexto regional, está inserida na porção noroeste do Orógeno Araçuaí, no domínio externo do Orógeno Araçuaí, onde ocorrem preferencialmente as sequências glaciais das unidades proximais do Grupo Macaúbas depositada entre o estágio transicional das fases rifte e de margem passiva do Grupo Macaúbas.

As unidades litológicas aflorantes nas AII e AID, de idade Cambriana a Neoproterozóica corresponde, da base para o topo: Formação Nova Aurora, Formação Chapada Acauã, Formação Ribeirão da Folha, e Coberturas detrítico-lateríticas.

A Formação Nova Aurora (NP12na) é constituída principalmente por metadiamicctitos, com intercalações de quartzitos e filitos, além de camadas ferruginosas com metadiamicctito hematítico e raro filito hematítico. A Formação Nova Aurora grada lateralmente para a Formação Chapada Acauã.

A Formação Chapada Acauã é subdividida em dois membros. O membro inferior, denominado Rio Preto que corresponde a uma pilha de metadiamicctitos com intercalações de xistos verdes de origem vulcânica, os quais preservam localmente estrutura almofadada e demais evidências de derrames submarinos. O membro superior, denominado Membro Mato Grande, é estritamente sedimentar com origem tardi a pós-glacial, tendo como principais litotipos arenitos e pelitos, os quais definem uma sucessão cíclica de intercalações de diamicctitos e turbiditos, com pelo menos uma espessa lente de calcário dolomítico no topo. Sobrepostas à Formação Nova Aurora e à



Formação Chapada Acauã, de forma descontínua e com espessuras variáveis, ocorrem coberturas detrito-coluvionares, geralmente associadas às superfícies de aplainamento.

A figura 2 apresenta o mapa de unidades geológicas abrangendo a ADA, AID e AII do empreendimento.

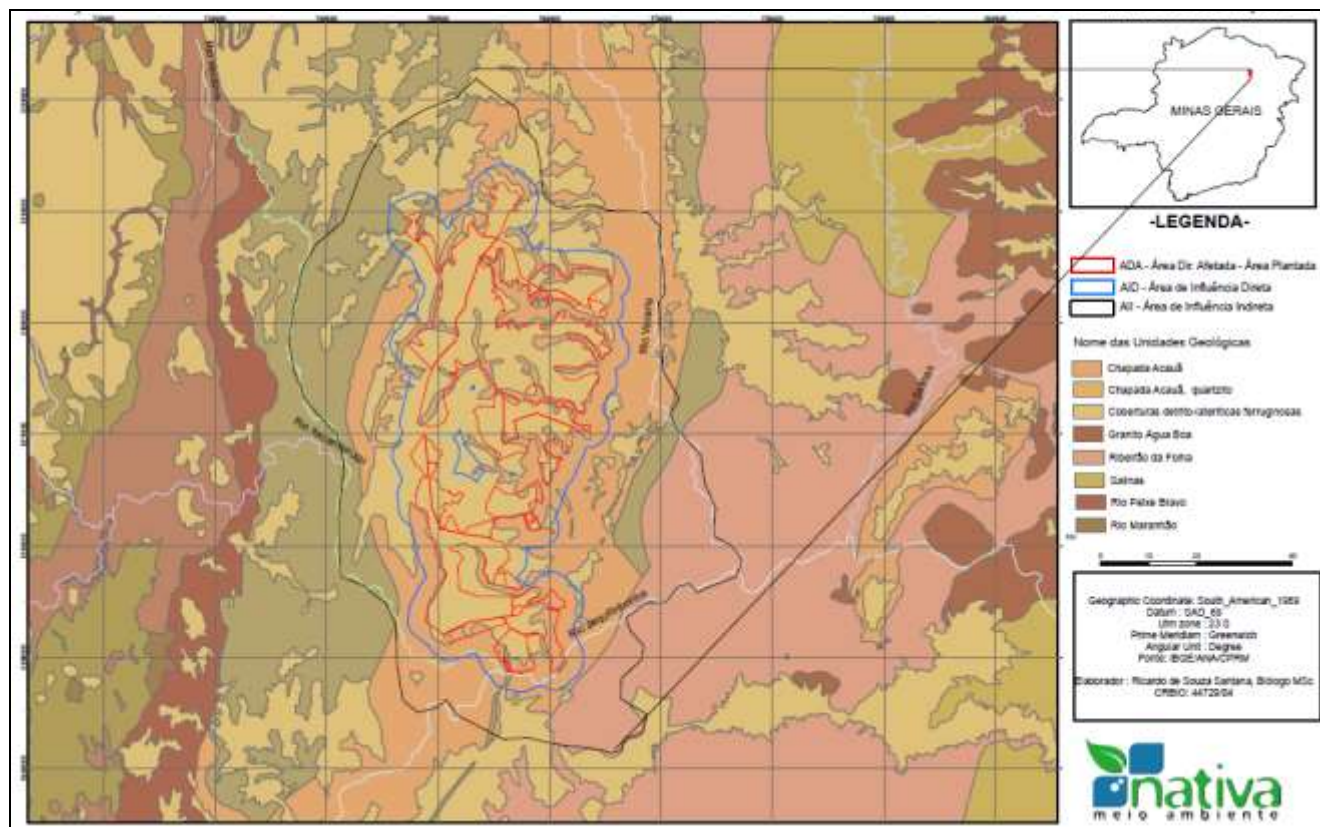


Figura 2 - Mapa de unidades geológicas abrangendo a ADA, AID e AII do empreendimento
Fonte: EIA

3.1.2 Geomorfologia

3.1.2.1 Aspectos Geomorfológicos Regionais

As Áreas de Influência do empreendimento inserem-se, em contexto regional, na porção setentrional da Serra do Espinhaço em sua vertente leste onde ocorrem platôs do Orógeno Araçuai. O Espinhaço caracteriza-se como um grande ressalto topográfico regional, cuja abrangência intercepta os estados de Minas Gerais e da Bahia, e subdivide-se em dois compartimentos: uma porção norte, também denominada de Planalto Setentrional e uma porção Sul, denominada de Planalto Meridional. A porção Setentrional da serra do Espinhaço se inicia ao norte de Couto Magalhães e se estende para além da fronteira dos estados de Minas Gerais e Bahia. Este compartimento alonga-se na direção NNE e possui de largura e comprimento, respectivamente, 340 e 100 km. O Planalto Setentrional pode ser compartimentado geomorfologicamente em quatro unidades de relevo: Serrano, Chapadas, Colinas, Vales e terraços quaternários.



A unidade de relevo do “tipo serrano” corresponde ao embasamento litológico de quartzitos e conglomerados, e possui altimetria entre 950 e 1467 m. Esta unidade é caracterizada pelas cristas assimétricas dos fronts de empurrão. A unidade do “tipo chapada” com cotas altimétricas entre 750 e 1.000m são caracterizadas por serem suavemente inclinadas e/ou onduladas, embasadas litologicamente por xistos, com quartzitos subordinados. Nesta unidade, precisamente na chapada Acauã situada na margem esquerda do rio Jequitinhonha, estão inseridas as áreas de influência do empreendimento. Entre os alinhamentos quartzíticos, na depressão Itacambira-Espinosa, está situada a unidade do “tipo colinas” sobre gnaisses arqueanos, com cotas altimétricas dos topos entre 900 e 1.000m e altura de 150 a 250m. A Unidade do “tipo vales e terraços quaternários”, situada entre as cotas altimétricas de 350 e 750m, caracterizam-se pelas vertentes convexas com declividade média entre 20-30% na parte superior e 50-100% nos fundos de vale, tendo como resultado o aprofundamento recente da rede de drenagem.

3.1.2.2 Aspectos Geomorfológicos das Áreas de Influência

As áreas correspondentes da ADA e AID estão situadas no topo da chapada Acauã enquanto a AII contempla suas bordas estendendo-se até a incisão fluvial, sendo que os rios Itacambiruçu (oeste), Vacaria (Leste) e a represa de Irapé, confluência dos rios Itacambiruçu e Jequitinhonha, (Sul), demarcam seu limite.

As Áreas Diretamente Afetadas e de Influência Direta e (ADA e AID) apresentam características geomorfológicas muito similares, devido ao fato de ambas estarem situadas sobre o topo da chapada Acauã. As porções de maior altimetria estão situadas na porção norte e oeste das AID/ADA entre as cotas de 800 e 1025 m. As de menor altimetria, inferiores a 800m, estão situadas na porção leste dessas áreas.

O topo da chapada apresenta forma tabular com rampas suavemente inclinadas que por sua declividade classifica o relevo nessas áreas como plano a suave ondulado. Esses topos são revestidos por uma espessa cobertura pedológica que são de textura argilo-silto-arenosa a areno-argilosa. Vale ressaltar que nas porções da chapada onde há incisão da drenagem o solo que aflora a partir da meia vertente, em direção aos talvegues, possui textura extremamente pedregosa.

A rede de drenagem na ADA e AID é de baixa intensidade, diferentemente das áreas de entorno, e os vales são, predominantemente, abertos e apresentam morfologia em V, com vertentes de rampas alongadas.

Os espessos mantos pedológicos e o relevo plano a suave ondulado não são favoráveis à ação de processos erosivos. Além disso, em meio aos talhões são implantados camalhões que evitam que o escoamento superficial se concentre e ganhe velocidade dando origem a sulcos erosivos. Devido a essas características a ação de processos erosivos na área é pouco significativa. As observações de campo corroboram com essa afirmativa à medida que foram observadas poucas e inexpressivas feições erosivas.

Ocorrem outros conjuntos de formas de relevo na região que compõem as unidades e que constituem compartimentos identificados como chapadas. Considera-se tabuleiro ou chapada a paisagem de topografia plana, com baixa declividade média e superfície superior a 10ha (dez hectares), terminada de forma abrupta em escarpa, caracterizando-se a chapada por grandes superfícies a mais de 600m (seiscentos metros) de altitude.



Conforme a legislação pertinente, são consideradas Áreas de Preservação Permanente as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais. Ainda por definição, os planaltos, tabuleiros e chapadas comumente são circundados por encostas íngremes. O formato destas rampas é bastante variável, havendo desde escarpas muito inclinadas até áreas suavemente onduladas, onduladas e fortemente onduladas. A ocorrência de processos erosivos é bastante comum e faz parte da evolução destas paisagens.

De acordo com os trabalhos apresentados, para identificação das bordas de chapada foram percorridas todas as áreas com declive limítrofes às superfícies aplainadas, totalizando 424,07 Km e que foram coletados dados para averiguação/validação das descrições realizadas em campo. Dos 424,07 Km de bordadura, 23,14 km foram classificados como borda de chapada. Destes 23,45 Km, 40% estão situados fora dos limites da propriedade. O mapa elaborado pela Norflor, a partir dos dados levantados, encontra-se representado na figura 3 onde expõe as linhas de bordadura no contexto da propriedade. Em vistoria técnica constatou-se que as áreas de preservação permanente de bordas de chapada não estão ocupadas por eucalipto.

O impacto total dos recuos foi de 177,24 ha. Destes, 160,30 atingiram áreas de vegetação nativa, 3,51 áreas utilizadas como aceiros, 7,69 áreas de extração de cascalho e 5,74 áreas efetivas (já contabilizando o espaçamento para os novos aceiros que deverão ser construídos).

O estudo apresentado em referência às vertentes englobou a análise de processos e formas. O método utilizado para a caracterização das encostas foi o mesmo empregado no estudo das bordas de chapada. Assim sendo, foram identificadas 18 vertentes com declividade em encosta igual ou superior a 45° graus. Em área, o valor total encontrado foi de 5,74 ha. Entretanto, destes, 4,0 ha já estavam inseridos em áreas classificadas como APP. Portanto, o total de uso do solo a ser convertido para APP será de 1,74 ha.

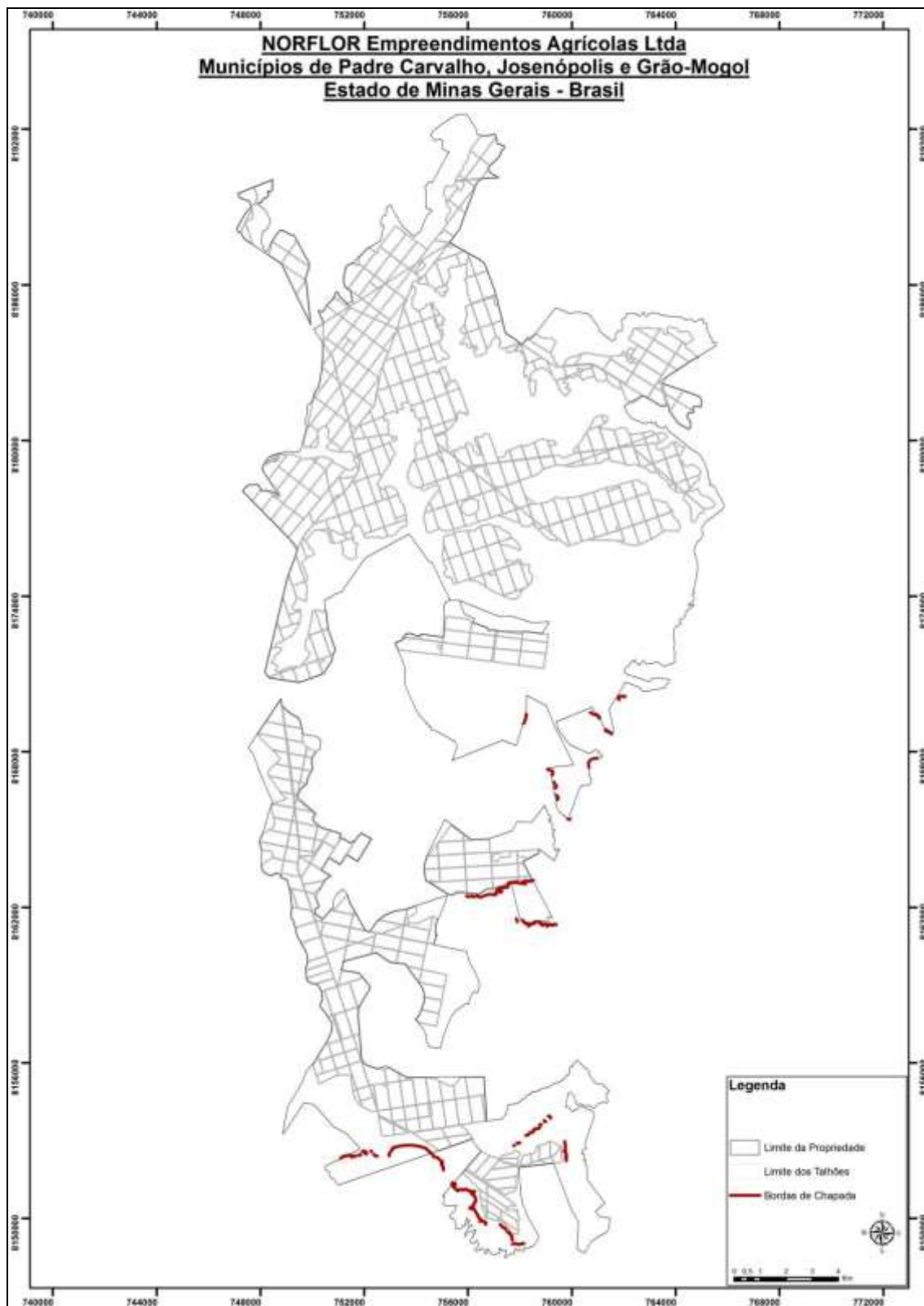


Figura 3 - Mapa de localização das bordas de chapada.

Fonte: Norflor.



Figura 4 - Relatório – Bordas de Chapada
Fonte: Norflor

3.1.3 Recursos Hídricos

3.1.3.1 Contextualização Regional da Bacia

As áreas de influências no âmbito regional estão inseridas na Bacia do rio Jequitinhonha, precisamente na unidade de planejamento e gestão do Alto Jequitinhonha (JQ1), abrangendo, dentre os afluentes da margem esquerda, parte das sub-bacias dos rios Itacambiruçu e Vacaria e toda a sub-bacia do ribeirão Piabanha.

A Bacia do rio Jequitinhonha se estende por 60 municípios, estando nas áreas de influência situada sobre porções dos municípios de Padre Carvalho, Grão Mogol e Josenópolis, sendo que a maior parte delas está inserida sobre este.

As áreas de influência no âmbito regional estão inseridas na unidade G7 que inclui a porção jusante da Bacia do Itacambiruçu, a partir dos limites dos municípios de Cristália, Botumirim e Itacambira, e toda a bacia do rio Vacaria.

Esta unidade de paisagem abrange uma área de 6.393 km² e possui vazão média de longo termo, gerada na unidade, de 14,7 m³/s. Segundo os estudos apresentados, foi estabelecido uma correlação entre vazão e demanda (média de 0,00529 m³/s), mensurada pela utilização da água pela população urbana e rural e rebanho bovino, estabeleceu-se que do total de águas superficiais disponíveis, 0,4% é demandado.



Em relação à qualidade das águas nesta porção do rio Jequitinhonha, o EIA cita que, segundo o estudo IGAM (2012), a estação fluviométrica JE007 situada no rio Jequitinhonha a jusante do empreendimento, classifica essa porção da bacia como classe 2. Ainda menciona que, o Índice de Qualidade da Água (IQA) foi classificado como bom, entre 70 e 90. A contaminação por tóxicos foi baixa. Quanto aos parâmetros de coliformes termotolerantes e de manganês total estão em desacordo com os limites preestabelecidos. Segundo este estudo, as principais fontes de contaminação, que reduzem a qualidade neste trecho, são o esgoto sanitário proveniente de Virgem da Lapa, as atividades pecuárias, o mau uso do solo e atividades mineradoras.

3.1.3.2 Contexto hidrogeológico das AII e AID

Em um contexto regional, os estudos demonstraram que o domínio hidrogeológico das Áreas de Influência Indireta e Direta está inserido no Médio curso do rio Jequitinhonha. Nesse trecho, os recursos hídricos estão comprometidos nos aspectos qualitativos e quantitativos da água tanto pelo clima semiárido, que assola parte significativa da região, como pela estruturação dos aquíferos. Em relação aos domínios hidrogeológicos podem-se distinguir dois principais, os quais estão associados às rochas metamórficas do Neoproterozóico e às coberturas detríticas do Cenozóico. Tais domínios hidrogeológicos podem ser enquadrados nos seguintes sistemas aquíferos: granular e fraturados os quais fomentam as principais drenagens da AII, o rio Vacaria e os córregos do Macuco e Curral de Vara. Esse último possui nascente a 900 m de altitude, correndo em direção nordeste até próximo da BR-251, quando sofre uma abrupta inflexão para sudeste, mostrando nítido condicionamento estrutural.

Ainda ressalta, que grande parte dos cursos d'água apresenta regime intermitente, cuja qualidade das águas dos cursos maiores exige tratamento convencional para seu uso. A captação da água subterrânea é feita principalmente através de poços tubulares profundos, e, secundariamente, por meio de poços escavados e nascentes. As restrições ao uso mais abrangente da água subterrânea devem-se ao fraco potencial hidrogeológico, dado pelo predomínio de aquíferos fissurados, e pela ocorrência de águas com elevada salinidade, o que conduz ao abandono dos poços. A característica principal dos reservatórios hídricos das unidades aquíferas da AII e AID é a baixa potencialidade hidrogeológica, e, portanto, de baixa vazão.

Além das baixas vazões, os dados referentes à hidrogeologia, indicam que a região apresenta também problemas de qualidade de água, com a presença constante de Ferro e Manganês. Em áreas específicas, são detectadas concentrações elevadas de dureza, cloretos e flúor, que constituem elementos restritivos ao aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos para abastecimento público.

O empreendedor avaliou, de acordo com o sistema de informação de águas subterrâneas (SIAGAS, 2013), os poços cadastrados entre os municípios de Padre Carvalho e Josenópolis e aferiu 56 poços inventariados (tubulares ou escavados). A produção dos poços perfurados remete-se à exploração de águas subterrâneas armazenadas no sistema fraturado. Do total dos



56 poços inventariados, nenhum se encontra em área diretamente afetada. Todos ocorrem dispersos pelos municípios de Padre Carvalho e Josenópolis fora da ADA.

3.1.3.3 Recursos Hídricos nas Áreas ADA, AID e AII

As Áreas Diretamente Afetada (ADA) e Influência Direta (AID), por estarem situadas no topo da chapada Acauã, de relevo plano a suave ondulado, possui uma rede de drenagem de baixa densidade e de padrão dendrítico.

Apesar da baixa densidade, a rede de drenagem que recorta a chapada é constituída, em sua maioria, por cursos d'água perenes, afluentes do ribeirão Piabanha, que possuem direção W-L condicionada pela suave inclinação do topo da chapada. Cabe ressaltar que o ribeirão Piabanha é o principal curso d'água na AID/ADA do empreendimento e os talhões de cultivo de eucalipto circundam praticamente todos os seus afluentes, respeitando os limites legalmente instituídos das APP's.

Na porção norte dessas áreas ADA e AID, as principais sub-bacias encontradas são as dos córregos da Lapa e Curralinho. Já na porção central, a sub-bacia de maior representatividade é a do córrego do Ouvidor.

A porção sudeste da ADA e AID é drenada pelo ribeirão Santana e seus afluentes, que deságuam diretamente no rio Jequitinhonha. Enquanto que no limite sul pequenas drenagens, geralmente intermitentes como a do córrego do Carvalho, deságuam diretamente na represa de Irapé.

Segundo os estudos apresentados, a característica principal dos reservatórios hídricos das unidades aquíferas da AII e AID é a baixa potencialidade hidrogeológica, e, portanto, baixa vazão.

A Área de Influência Indireta contempla as bordas da chapada Acauã e se estende até a incisão fluvial, sendo o seu limite o talvegue dos principais cursos fluviais da região os rios Itacambiruçu (oeste), Vacaria (Leste) e a represa de Irapé - confluência dos rios Itacambiruçu e Jequitinhonha - (Sul), conforme pode ser observado na figura 5, o mapa hidrográfico.

O rio Itacambiruçu, que possui vazão média de longo termo de 39,8 m³/s, e seus afluentes está situado na porção oeste da AII. Esses afluentes são os córregos Norflor, Buriti, Alegre e Fundo que recebem águas provenientes da borda oeste da chapada Acauã, onde estão situadas as AID e ADA. Esses cursos d'água possuem padrão de drenagem paralelo e seus afluentes, intermitentes, são de curta extensão devido à morfologia muito declivosa dos rebordos da chapada.

Na porção Leste da AII estão presentes três sub-bacias as dos ribeirões Piabanha e Santana e do rio Vacaria. Todas essas sub-bacias caracterizam-se pelo padrão de drenagem dendrítico.

O ribeirão Piabanha é o curso d'água que pode ser o principal afetado pela operação do empreendimento, pois recebe águas de seus afluentes que drenam a maior parte da Área Diretamente Afetada. Entretanto as ocupações de vizinhos ao longo deste curso d'água é também uma fonte significativa de impactos.

O ribeirão Santana, situado na porção sudeste da AII, recebe águas da porção sudeste da ADA e deságuam diretamente no rio Jequitinhonha.



O rio Vacaria, que possui vazão média de longo termo de 11,5 m³/s, possui um único afluente que recebe as águas provenientes da ADA, que é o córrego Macuco. Situado na porção norte da AI este afluente tem parte de suas águas provenientes da porção norte da ADA.

De maneira geral as sub-bacias que drenam as áreas de influência já se encontram modificadas, sendo ocupadas em quase sua totalidade pela silvicultura com plantações de eucalipto e pinus. Nessas áreas estão preservadas principalmente as APPs e algumas porções de propriedades destinadas à reserva legal, que em sua maioria, encontra-se em processo de regeneração.

O empreendimento possui as Certidões de Uso Insignificante de Recurso Hídrico, sendo a Certidão nº 150/2017, para a captação de 0,5l/s de águas públicas do Córrego Condé, durante 24 h/dia no ponto de coordenadas geográficas de latitude 16°28'08"S e de longitude 42°37'21"W, para fins de aplicação de herbicida, combate incêndio e consumo Humano.

A outra Certidão é de nº 271/2017 para captação 0,5 l/s de águas públicas do Córrego da Mula, durante 24h/dia, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 16° 25' 19,14"S e de longitude 42° 36' 52,17"W, para fins de combate a incêndio aplicação herbicidas, Consumo Humano.

Ressalta-se que o volume das captações, consideradas insignificantes, são suficientes para atender a demanda de água na atividade de silvicultura. Não obstante, o empreendedor formalizou processo de outorga com o objetivo de substituir as captações atualmente realizadas, caso o processo venha a ser deferido.

As certidões concedidas têm prazo de validade de 03 anos, até 26/05/2020. Ambas no município de Josenópolis.

Há ainda um pequeno barramento de 2.000m² e acumulação de 5.000 m³ que não está associado ao processo produtivo, cuja a obrigação de regularizar será objeto de condicionante deste parecer (foto no anexo).

3.1.4 Aspectos Climáticos

As médias de temperatura e precipitação demonstram que a região de inserção do empreendimento possui como característica mais marcante a ocorrência de duas estações bem definidas: uma extensa estação seca, com duração de cerca de 6 a 7 meses, que pode se estender de abril a outubro e uma úmida, com duração de cerca de seis meses, de outubro a abril.

O clima segundo esses dados pode ser classificado, conforme classificação de Köppen, como Aw (Tropical de Savana), que contempla nos meses mais frios temperatura média superior a 18°C e chuvas concentradas no verão.

O índice médio de precipitação anual é baixo, apresentando, somatório das médias mensais, 826,8mm. As chuvas, por influência das Linhas de Instabilidade (IT), são concentradas entre meados da primavera e do outono.

O mês de índices pluviométricos mais elevados é novembro (201,8 mm), responsável por cerca de 1/4 da precipitação anual. Este também é o mês que registra média de dias de chuva mais elevada, superior a 14 dias. No mês de agosto foram registradas as médias de pluviosidade e dias de chuva mais baixos, com respectivos 1,6 mm e 1,7 dias, sendo considerado o mês mais seco do ano, de acordo com o INMET Estação de Salinas (2003-2012).



Os dados de temperatura média registram no período mais quente, entre setembro e abril, temperaturas superiores a 24°C. Nos demais meses parte do outono e do inverno, entre maio e agosto, esses valores oscilam entre 20 e 22°C. Os valores de temperatura máxima média são elevados, superiores a 30° C, na maior parte do ano. Nos meses de outubro e fevereiro os termômetros registram valores superiores 32°C, quando a insolação é mais elevada. No período de temperaturas mais amenas, entre maio e agosto, esses valores giram em torno de 28 e 29°C.

3.1.5 Pedologia

Os estudos demonstraram que, de acordo com os critérios estabelecidos pela EMBRAPA (2006) e o mapeamento existente, foram identificadas 3 (três) classes de solos (Latosolo Vermelho Escuro, Latossolo Vermelho Amarelo e Cambissolo). Na ADA predominam solos Latossolo Vermelho Escuro, e na All, Cambissolo que ocupam as áreas de reserva florestal. Na All, predominam solos: Podzólico Vermelho Amarelo e Cambissolos.

Conclui-se que empreendimento Norflor é constituído, predominantemente, por Latossolos nas áreas de produção. Os Latossolos apresentaram boas condições de coesão e agregação de seus constituintes, propiciam a percolação da água configurando boa drenagem ao longo do perfil. Estas características somadas à morfologia aplainada e regular, limitam a instalação de processos erosivos e a perda de solos, corroborando para a estabilidade da área. Tais características favorecem seu aproveitamento para atividades produtivas.

A recomendação é que as atividades já executadas para redução dos processos erosivos tenham continuidade, bem como as ações de monitoramento.

3.1.6 Espeleologia

O relatório de Espeleologia foi elaborado pela empresa Biopreservação Consultoria e Empreendimentos, cuja ART de nº 1420130000001322965 foi emitida por profissional habilitado sendo, Engenheiro Geólogo – Pedro César Rohlf's Pereira - CREA MG 166.716., cuja inscrição de pessoa física no Cadastro Técnico Federal encontra-se anexado aos autos do processo. O Cadastro Técnico Federal da pessoa jurídica possui o registro de nº 3528270.

Conforme descrito no relatório, o trabalho foi realizado em 3 etapas sucessivas, sendo a primeira de levantamento bibliográfico com dados da geologia regional e local e dados geomorfológicos sobre a área investigada, sendo a segunda etapa, de levantamento de campo, e a terceira de interpretação dos dados obtidos e confecção do relatório final.

De acordo com a primeira etapa foram verificados os elementos disponíveis na base de dados do CECAV, Cadastro Nacional de Cavernas da Sociedade Brasileira de Espeleologia - SBE e o Cadastro Nacional de Cavernas da Redespeleo Brasil e foram constatados que nenhuma cavidade está cadastrada na região do estudo.

A geologia da área do empreendimento Norflor está inserida na geologia do Grupo Macaúbas de rochas siliciclásticas (particularmente quartzos e arenitos), de formação Chapada Acauã constituída de filito, metassiltito, meta diamictito, quartzito e quartzo-biotita xisto. Essa formação está presente em cerca de 70% da área do empreendimento, com variação litológica. Ocorrem



também os depósitos inconsolidados de quartzo, filito e canga laterítica, sendo esta relacionada à erosão da sílica e conseqüente enriquecimento de ferro.

De acordo com a proposta de classificação de potencialidade espeleológica elaborada pelo CECAV, o caminhamento ocorreu principalmente seguindo as encostas da área, as linhas de drenagem, e os limites da fazenda com a barragem da UHE Irapé. A figura 5 apresenta o mapa do grau de potencialidades para ocorrência de cavidades subterrâneas na área do empreendimento.

A prospecção espeleológica resultou o cadastro de 62 pontos de controle, referentes ao caminhamento, percorridos no sentido norte-sul, iniciando-se pela área da Fazenda Corisco e, na seqüência, demais áreas como as Fazendas Patrus e São José. O caminhamento foi realizado ao longo dos aceiros, no limite entre o plantio e a encosta, nas áreas com o desenvolvimento de drenagens e em áreas com afloramento em escarpas.

A etapa de levantamento de campo foi realizada entre os dias 01 e 10 de agosto de 2013. A base cartográfica utilizada foi feita a partir de imagem de alta resolução na escala 1:90.000. O sistema de projeção utilizado foi o SAD 69, fuso 23 sul. A posição dos pontos de caminhamento foi feita utilizando um GPS da marca Garmin, modelo Etrex, e o registro fotográfico feita por uma câmera Samsung, modelo WB150F com resolução máxima de 14.1 megapixels.

Segundo relatório apresentado, as feições que foram caracterizadas como cavidades, foram encontradas próximas as drenagens do córrego do meio na área denominada Fazenda Corisco de propriedade da Norflor.

A figura 5 apresenta o caminhamento com a localização das feições encontradas. Ressalta-se que o mapa de potencialidades apresentado corrobora com o caminhamento em áreas de encosta e desenvolvimento da drenagem onde foram descobertas as Cavidades 1 e 2.

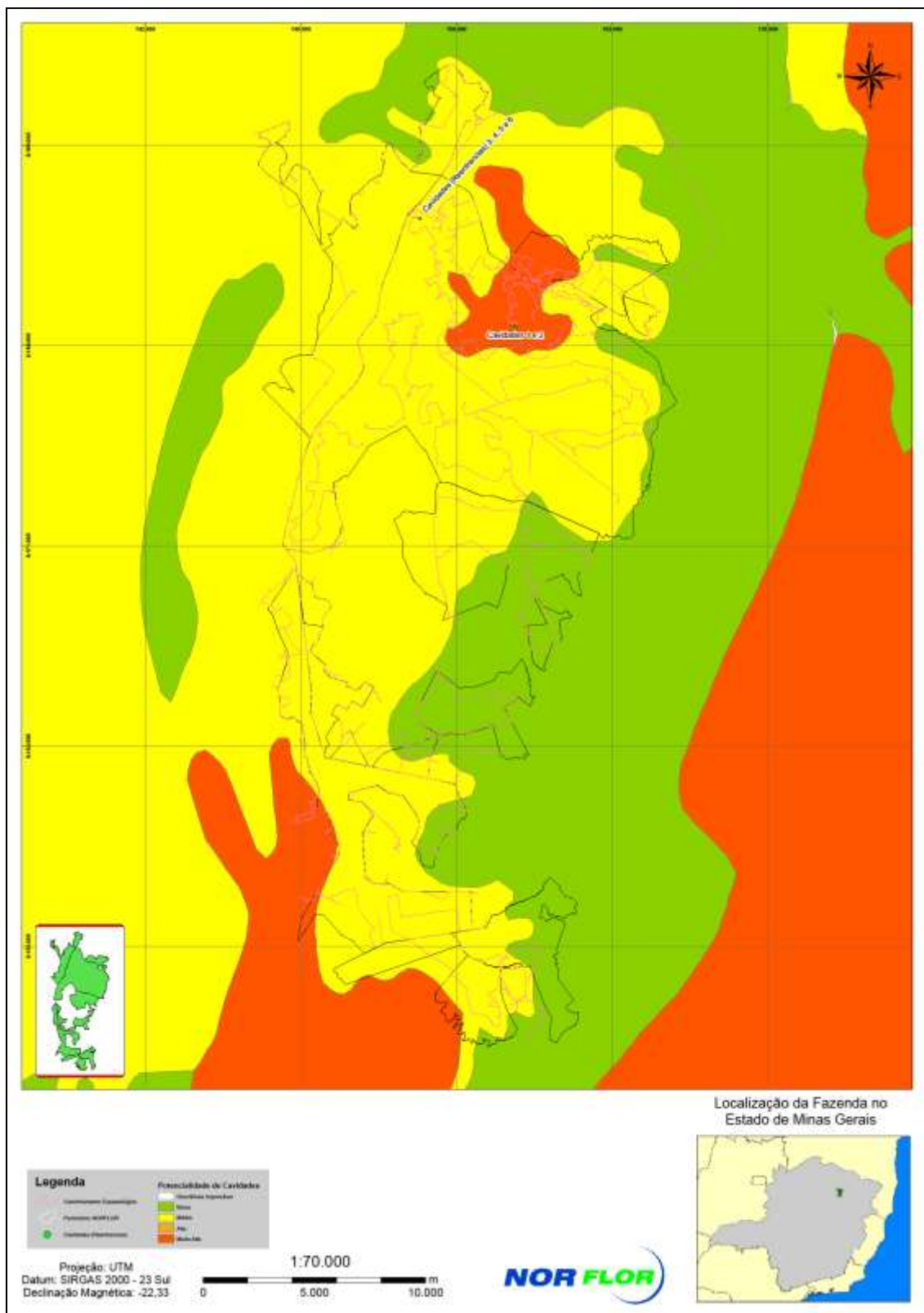


Figura 5 - Mapa de potencialidades para ocorrência de cavidades subterrâneas na área do empreendimento.
Fonte: Norflor

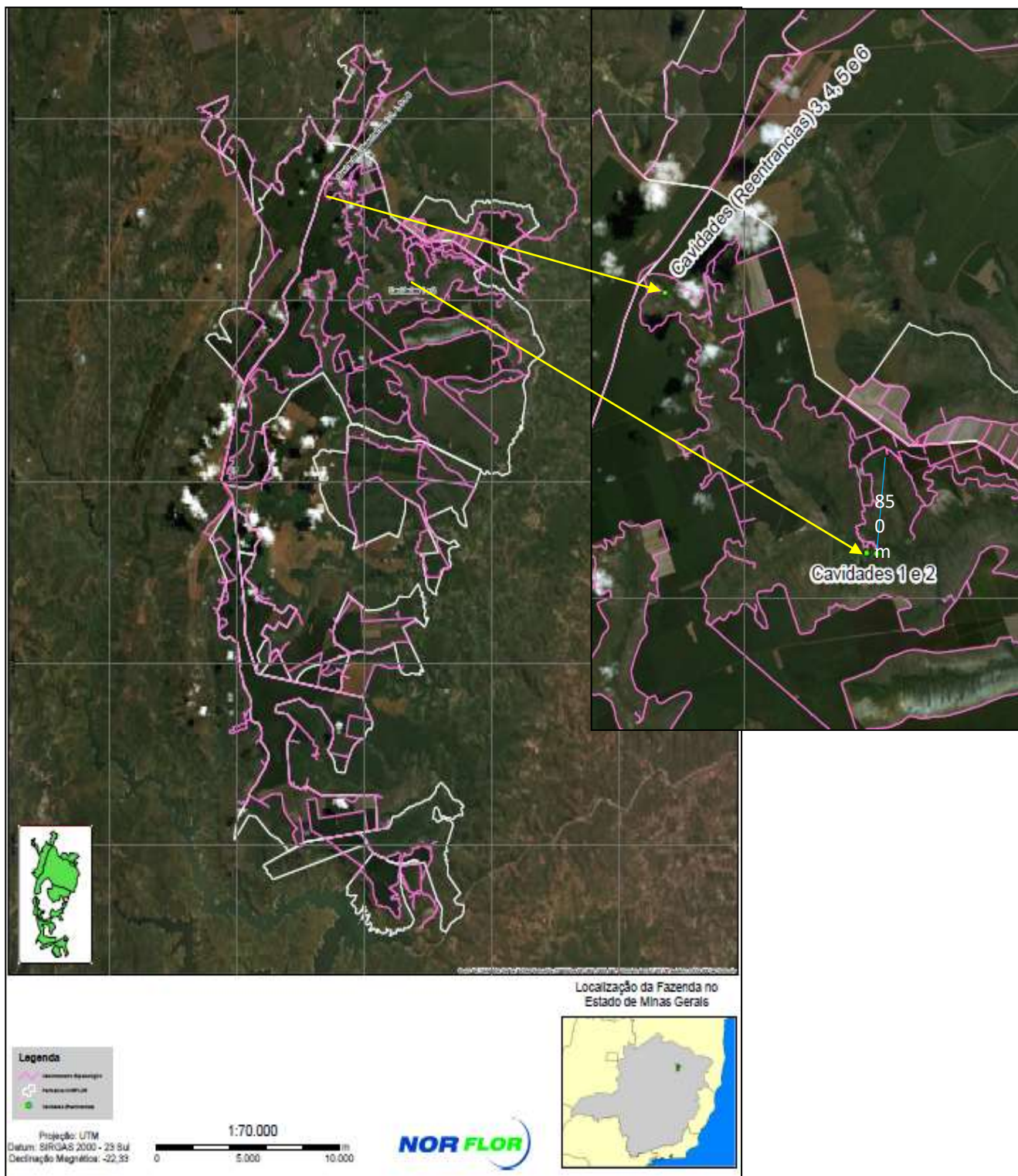


Figura 6 – Localização das cavidades



As cavidades 1 e 2 apresentam em seu entorno vegetação de cerrado bem preservada. A cavidade 1 apresenta microcavidades formadas por dissolução de sílica. Apresenta clastos de canga ferruginosa. A cavidade foi considerada de pequeno porte, possuindo uma projeção linear com menos de 5 metros e, assim, possui baixo grau de relevância, conforme a IN 02/2017. A cavidade 2 apresenta microcavidades e se desenvolveu em meio a concreções ferruginosas em função da erosão sobre o filito que foi escavando formando a descontinuidade. O entorno da cavidade apresenta vegetação nativa entremeada por espécies invasoras como o capim gordura. A cavidade apresenta projeção linear menor que 5m e, portanto, definida como de baixo grau de relevância, conforme a IN 02/2017

No caso específico deste empreendimento, a atividade desenvolvida não gera impactos nas feições encontradas, haja vista que as distâncias são superiores a 250 metros dos limites da silvicultura. Conforme o relatório, as cavidades estão cerca de 850m da área dos talhões. O quadro 1 apresenta as características das cavidades encontradas

Quadro 1 - Características das cavidades

Ponto	Coordenadas	Elevação	Características
Ponto 9 - CAVIDADE 1	758591 / 8181044	781 metros	Gênese: Por combinação de processos de dissolução química e erosão. Litologia: Desenvolvida em quartzito ferruginoso. Medidas: Altura da entrada: 0,18 metros; Comprimento da entrada: 3,12 metros; Profundidade da cavidade: 1,98 metros.
Ponto 11 - CAVIDADE 2	758523 / 8180946	761 metros.	Gênese: A cavidade foi desenvolvida em função da erosão sobre o filito que foi escavando e formando a descontinuidade na rocha. Litologia: Quartzito Ferruginoso. Medidas: Altura da entrada: 0,36 metros. Comprimento da entrada: 0,64 metros. Profundidade da cavidade: 2,06 metros.

As feições cadastradas como reentrâncias, foram identificadas também na propriedade da Fazenda Corisco, junto à nascente do Córrego do Meio. A área é caracterizada por uma escarpa com alturas variando entre 15 e 20 m se estendendo no sentido SE/NE por aproximadamente 50m. As reentrâncias estão localizadas nas alturas medianas do afloramento rochoso. Por estarem muito próximas e no mesmo afloramento rochoso, a gênese das cavidades é a mesma, sendo gerada pela combinação de processos de dissolução química e erosão no sentido perpendicular ao plano de xistosidade do filito.

Área do entorno é caracterizada por vegetação nativa de Cerrado entremeado campo graminóide sobre terreno arenoso. O plantio de eucalipto, localizado no topo da encosta não altera o equilíbrio



da área, inclusive do ponto de vista hidrológico, visto que a área se insere sobre a cabeceira do Córrego do Meio. O acesso às cavidades só é possível com a utilização de técnicas de escaladas ou rapel. Foi descrito no relatório que a presença de abelhas africanas contribuiu para dificultar o acesso.

Todas as reentrâncias identificadas se encontram em áreas de posseiros em processo de regularização da empresa não sendo impactada pelo plantio de eucalipto.

QUADRO 2 - Características das Reentrâncias

Ponto	Coordenadas	Elevação	Características
Ponto 41 – REENTRÂNCIA 3	754312 / 8185715	956 metros.	Gênese: Por combinação de processos de dissolução química e erosão no sentido perpendicular ao plano de xistosidade do filito. Litologia: em escarpa de afloramento rochoso. Desenvolvida em quartzito ferruginoso.
REENTRÂNCIA 4			Gênese: Por combinação de processos de dissolução química e erosão no sentido perpendicular ao plano de xistosidade do filito. Litologia: em escarpa de afloramento rochoso. Desenvolvida em quartzito ferruginoso.

Ponto	Coordenadas	Elevação	Características
-------	-------------	----------	-----------------



Ponto 41 REENTRÂNCIA 5	– 754312 / 8185715	956 metros.	Gênese: Por combinação de processos de dissolução química e erosão no sentido perpendicular ao plano de xistosidade do filito. Litologia: em escarpa de afloramento rochoso. Desenvolvida em quartzito ferruginoso
REENTRÂNCIA 6			Gênese: Por combinação de processos de dissolução química e erosão no sentido perpendicular ao plano de xistosidade do filito. Litologia: em escarpa de afloramento rochoso. Desenvolvida em quartzito ferruginoso

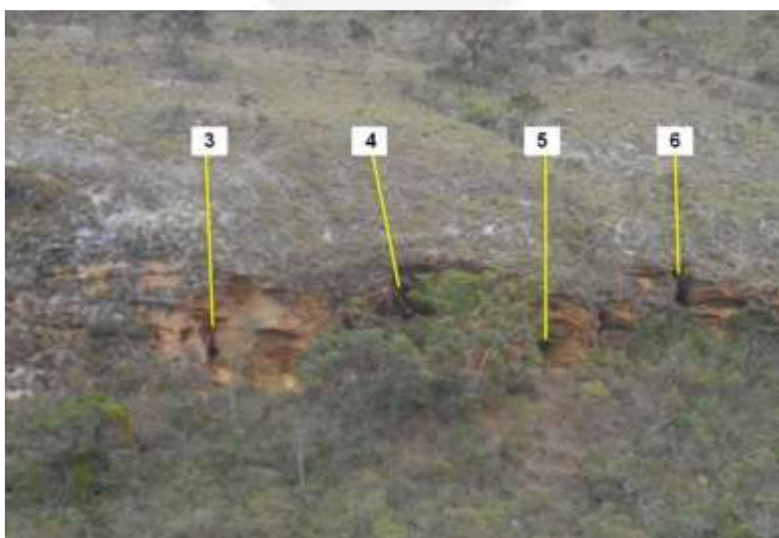


Figura 7: Localização das reentrâncias.
Fonte: Relatório de Cavidades - NORFLOR



Após os trabalhos desenvolvidos pela consultoria para o reconhecimento das ocorrências espeleológicas e respectivas caracterizações e validados em campo pela equipe técnica da SUPPRI, conclui-se que não haverá qualquer intervenção nas cavidades 1 e 2 e tampouco nas outras formações denominadas de reentrâncias (3, 4, 5, 6). Como citado anteriormente, as cavidades encontradas estão a cerca de 850 metros de distância e se encontram fora da ADA do empreendimento. As áreas onde estão localizadas as cavidades são de difícil acesso, sejam na cabeceira do Córrego do Meio ou em escarpas, como no caso das reentrâncias. Portanto, não ocorrerá qualquer intervenção no patrimônio espeleológico.

Conclui-se que o relatório apresentado atendeu aos seus objetivos não sendo necessária a exigência de novos estudos espeleológicos.

3.1.6.1 Registro fotográfico das feições encontradas

	
Foto 1 Caverna 1- Desenvolvida em quartzito ferruginoso	Foto 2: Caverna 2 - Desenvolvida em meio a concreções ferruginosas.

3.2 Meio Biótico

3.2.2 Fauna

3.2.2.1 Ictiofauna

O objetivo dos estudos apresentados é caracterizar a ictiofauna regional a partir de dados disponíveis ao público geral, e a partir de dados obtidos nas campanhas de campo; verificar a presença de espécies ameaçadas de extinção, de importância comercial, bem como as não nativas; diagnosticar possíveis ações antrópicas que estejam interferindo na qualidade dos habitats e desta forma, a composição da comunidade íctica; sugerir medidas e programas para que o empreendimento impacte da menor forma o grupo estudado.

Foram realizadas três campanhas de campo, que ocorreram em março de 2013, agosto de 2013 e novembro de 2013, em seis pontos amostrais.

Nos estudos apresentados não foram citadas espécies incluídas em alguma categoria de lista de espécies ameaçadas de extinção.

Não foram citadas nos estudos espécies exóticas à bacia do rio Jequitinhonha.



O empreendimento em questão não prevê impactos diretos em nenhum corpo de água, devido ao fato de que as intervenções no uso do solo serão executadas em talhões distantes dos principais cursos d'água.

3.2.2.2 Herpetofauna

Os estudos apresentados de herpetofauna foram realizados na estação chuvosa, entre os dias 10 e 15 de fevereiro de 2013 e na estação seca, entre os dias 08 e 12 de abril de 2013.

Anfíbios e répteis são considerados espécies indicadoras, em potencial, de qualidade ambiental por possuírem estreita relação com seus respectivos habitats, sendo importante o conhecimento dessa biodiversidade para avaliar o estado de conservação de seus ambientes. Os anfíbios são organismos altamente susceptíveis aos efeitos da perda de habitat bem como contaminações, principalmente devido às características específicas de sua biologia, como o ciclo de vida bifásico, a dependência de condições de umidade para a reprodução, pele altamente permeável, o padrão de desenvolvimento embrionário, aspectos da biologia populacional e interações complexas com a comunidade em que se inserem.

Segundo os estudos apresentados, durante as campanhas realizadas foram registradas 10 espécies, sendo 6 de anfíbios e 4 de répteis. As espécies registradas têm hábitos generalistas e são típicas de áreas antropizadas, possuem ampla distribuição geográfica se adaptam e colonizam rapidamente os ambientes alterados.

3.2.2.3 Avifauna

Para os estudos de avifauna apresentados foram realizadas duas campanhas de levantamento nas estações seca e chuvosa. A primeira foi realizada entre os dias 13 e 18 de março de 2013, compreendendo a estação chuvosa e a segunda entre os dias 13 e 16 de agosto de 2013, referente ao período seco.

Os estudos apresentados citam o registro de 124 espécies, distribuídas em 35 famílias. Durante a estação chuvosa foram registradas 113 espécies, em 05 dias de amostragem, já na estação seca foram registradas 106 espécies em 03 dias de amostragem. Do total 94 espécies ocorreram nas duas campanhas.

A espécie Cigarra do campo (*Neothraupis fasciata*) é considerada como quase ameaçada pela IUCN e foi registrada na área de influência indireta do empreendimento.

A espécie Gralha do campo (*Cyanocarax cristallus*) é uma das espécies endêmicas mais comuns avistada na área do empreendimento. A espécie Bico de pimenta (*Saltatos atricollis*), também endêmica, foi avistada na All.

Embora a região encontre-se extremamente alterada, a região do entorno da empresa, ainda apresenta corredores ecológicos e grandes áreas de cerrado em bom estado de conservação. O monitoramento deste grupo faunístico está descrito no item 7.9 deste parecer.

3.2.2.4 Mastofauna



O objetivo do estudo apresentado foi de realizar o levantamento da mastofauna terrestre na Área de Influência do empreendimento, permitindo assim, a formação de dados que ajudem a subsidiar a avaliação ambiental integrada do empreendimento.

Foram realizadas duas campanhas, a primeira no mês de dezembro de 2012 a janeiro de 2013, atendendo a estação chuvosa, e a segunda foi realizada de junho a agosto de 2013 atendendo a estação seca. Nestas campanhas foram utilizadas armadilhas fotográficas, foram realizados transectos e foram feitos sensos noturnos nas áreas das bordas das florestas de silvicultura, dentro das áreas de reservas legal e em áreas de preservação permanente.

Para complementar os métodos utilizados nos estudos apresentados, foi realizada uma busca cuidadosa por indícios das espécies de interesse como: pegadas, fezes, carcaças, restos alimentares, vocalizações, odores, fuçadas, entre outros.

A grande maioria das espécies registradas nos estudos apresentados é distribuída ao longo da maior parte do bioma cerrado e, em alguns casos até em outros biomas, indicando que provavelmente a região do empreendimento não tem um papel zoogeográfico significativo para a maioria das espécies de mamíferos terrestres de médio e grande porte, principalmente em termos de endemismo.

Importante ressaltar que a área não deixa de ter importância do ponto de vista da conservação da fauna regional, principalmente por ter sido registrada na área as espécies *Chrysocyon brachyurus* (Lobo Guará) e *Mazama americana* (Veado Mateiro). O monitoramento deste grupo faunístico está descrito no item 7.10 deste parecer.

3.2.3 Flora

Segundo os estudos apresentados, a vegetação origina dos municípios de Josenópolis, Grão Mogol e Padre Carvalho é o cerrado e na Área de Influência Direta - AID do empreendimento são encontradas formações savânicas, campestres e florestais.

O empreendimento está inserido no bioma Cerrado e na Área Diretamente Afetada - ADA tem-se o predomínio de cerrado em mosaico com pequenas porções de Cerradão. Grande parte da região é dominada pela silvicultura e agricultura intensiva.

A área do empreendimento se encontra descaracterizada, pois, se trata de silvicultura de eucalipto.

Na área do entorno, como as áreas de APP e as Reservas legais a vegetação observada é caracterizada com a existência de alguns fragmentos de vegetação nativa do cerrado em bom estado de conservação.

3.2.3.1 Espécies Ameaçadas de Extinção

Não foram encontradas espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais (Mendonça & Lins, 2000) na área do empreendimento, embora nas áreas vizinhas, principalmente as protegidas, tenham sido observadas espécies com estas características.



3.2.4 Autorização para Intervenção Ambiental - AIA

O empreendimento em questão não prevê a intervenção em vegetação nativa. Trata-se de silvicultura de eucalipto, sendo assim, quando for ocorrer a supressão do eucalipto o empreendedor deverá solicitar a DCC (Declaração de Corte e Colheita) e, como está condicionado neste parecer, deverá apresentar este documento ao órgão ambiental.

3.2.5 Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP

Segundo os estudos apresentados e com a verificação de campo no ato da vistoria técnica, o empreendimento NORFLOR Empreendimentos Agrícolas não prevê intervenção em Área de Preservação Permanente - APP.

4 Meio socioeconômico

Para o empreendimento ora em análise, da empresa Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda, foram consideradas como Área de Influência Indireta (AII) os municípios de Padre Carvalho (que concentra a maior parte administrativa do empreendimento), Josenópolis e Grão Mogol. Já a definição da Área de Influência Direta (AID) considerou a área do entorno imediato do empreendimento, por considerar a proximidade de comunidades ao empreendimento. Os mapas apresentados a seguir mostram a conformação destas áreas.

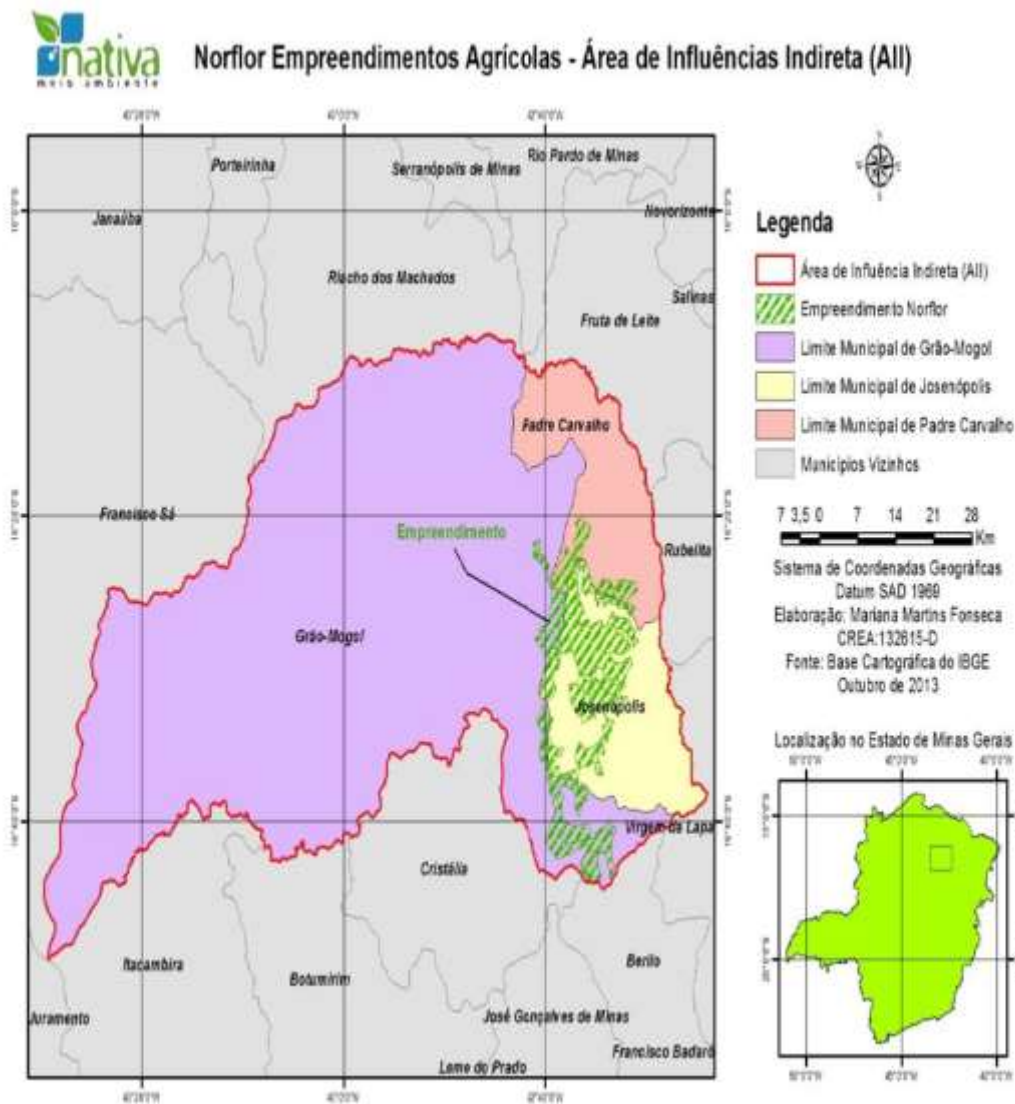


Figura 7 - Mapa ZEE da área de Influência Indireta da Norflor - Meio Socioeconômico

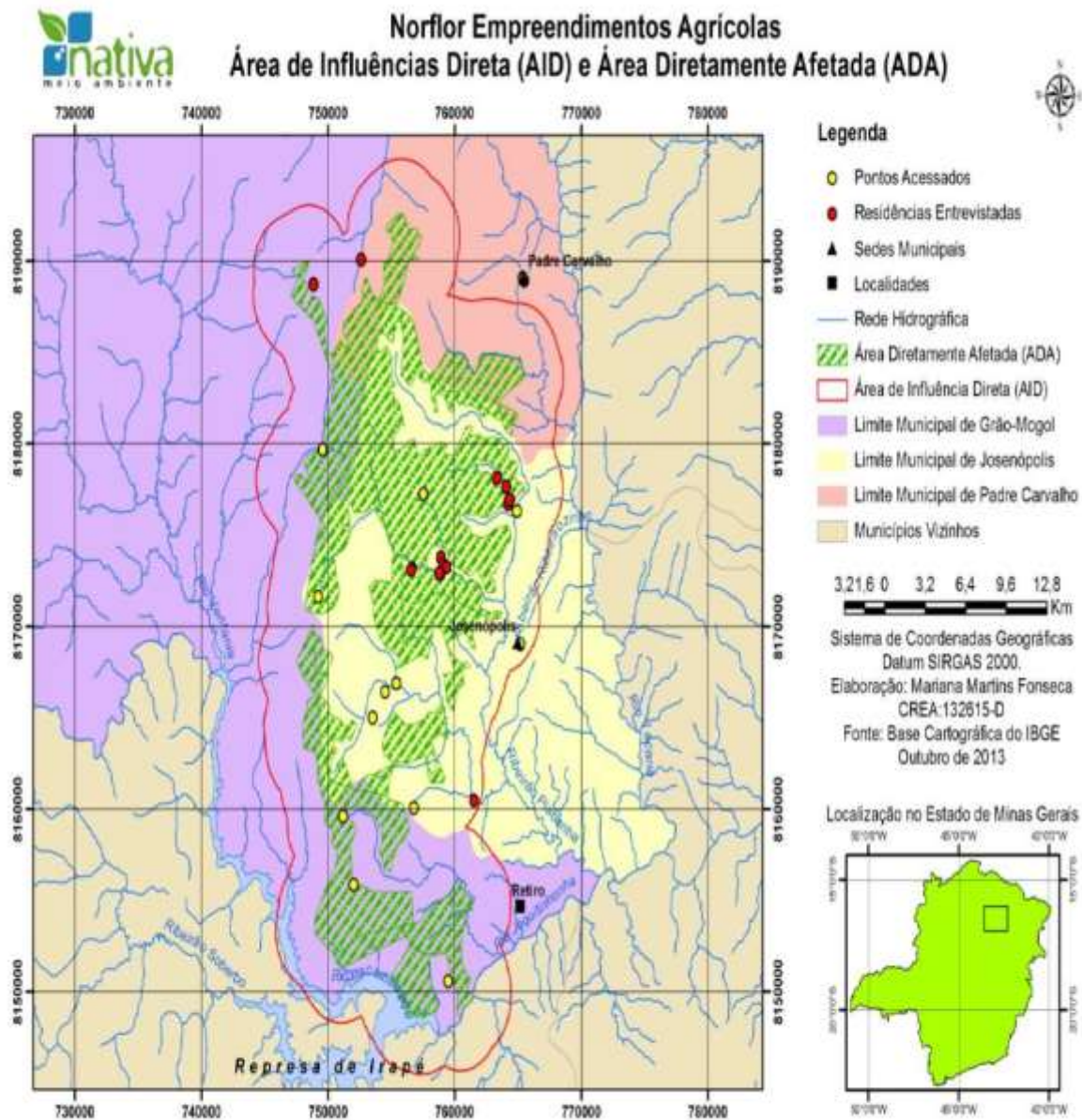


Figura 8 Mapa 232 - Mapa ZEE da Área de Influência Direta da Norflor - Meio Socioeconômico.

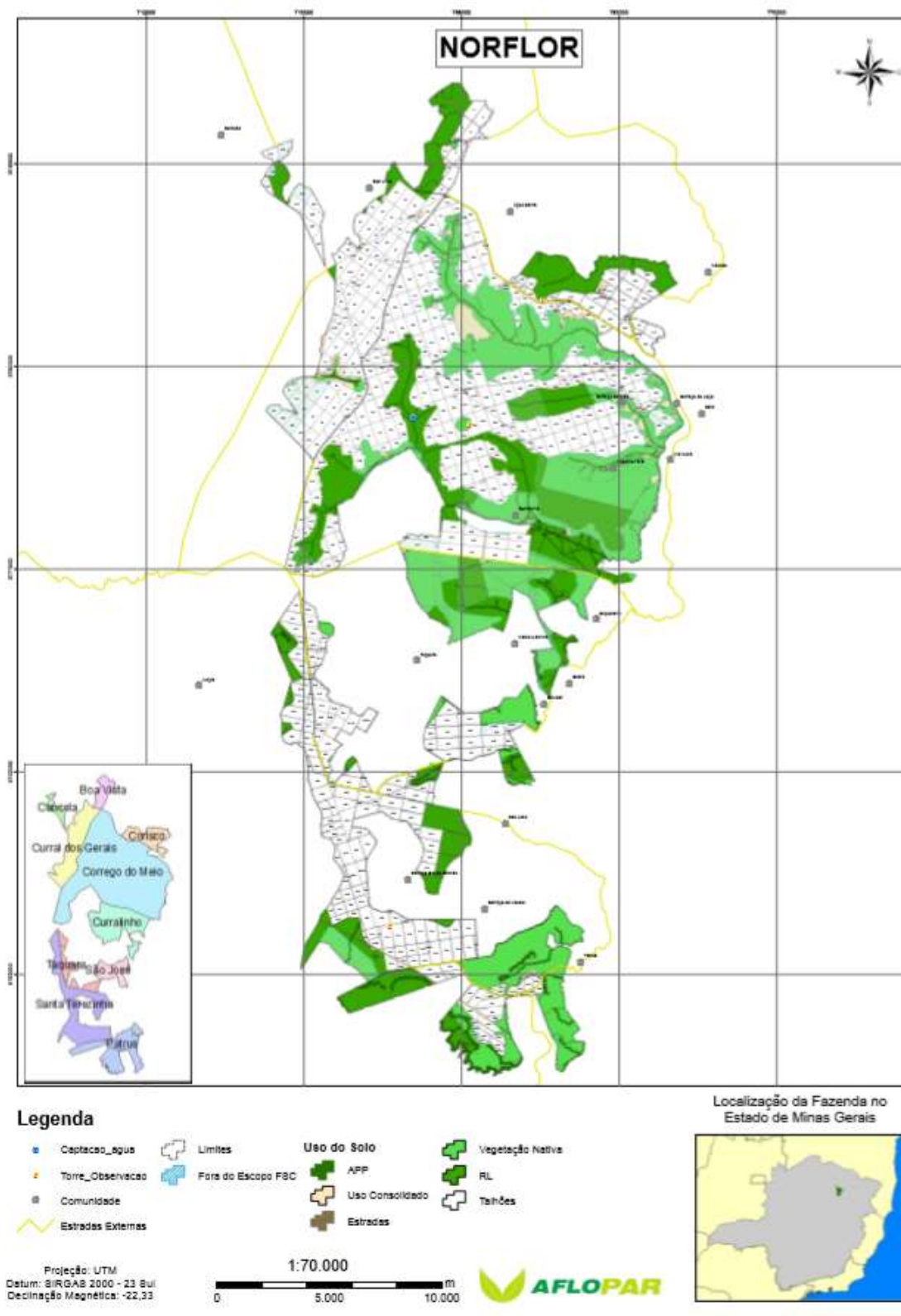


Figura 9 - Mapa das comunidades



4.1 Estudos realizados para a caracterização socioeconômica

De acordo com os estudos apresentados, o diagnóstico foi realizado por meio de *pesquisas qualitativas*, realizadas na Área de Influência Indireta (AII) e entrevistas semiestruturadas com a população do entorno do empreendimento, Área de Influência Direta (AID). Os levantamentos de dados primários e secundários foram realizados em 2013, por meio de consultas realizadas em:

- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA/ CEPENE, prefeituras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a Internet, entre outras;
- Levantamento em campo via entrevista semiestruturada com a comunidade do entorno do empreendimento;
- Imagens de satélite e fotografias aéreas do "Google Earth" para interpretação, análise e apresentação dos dados das áreas afetadas.

Um dos principais objetivos propostos pela empresa, conforme apresentado nos estudos, é a "busca de caminhos possíveis para a minimização de conflitos e para uma melhor gestão e planejamento das áreas já existentes e as que estão previstas para o empreendimento, em parceria e em acordo com as expectativas econômicas, municipais e comunitárias" (EIA, P387).

4.1.2 Identificação – AII

4.1.2.1 Grão Mogol

Grão Mogol, pela sua formação histórica, possui rico acervo cultural, material, representado pelos prédios históricos e, imaterial, representada por manifestações culturais-religiosas, de grande atrativo turístico – concentrados em sua sede. Com origem na atividade extrativista mineral, principalmente de diamantes, Grão Mogol foi elevada à categoria de cidade, em 1858, tendo sido desmembrado do município de Montes Claros. Com 66,04% de sua população de 15.024 habitantes morando no meio rural (IBGE, 2010), Grão Mogol possui uma área de 3.903,62 Km², com baixa densidade demográfica, 3,85 habitantes por Km².

Tabela 1 - Distribuição da população do município de Grão Mogol, por sexo e residência urbana / rural

População	População (2000)	% Total (2000)	População (2010)	% Total (2010)
População Total	14.224	100	15.024	100
Homens	7.352	51,69	7.727	51,43
Mulheres	6.872	48,31	7.297	48,57
Urbana	4.831	33,96	5.391	35,88
Rural	9.393	66,04	9.633	64,12
Taxa de Urbanização	-	33,96	-	35,88

Fonte – EIA - NORFLÖR



4.1.2.2 Padre Carvalho

O município de Padre Carvalho, ex-distrito de Grão Mogol, foi criado em 1995. Não possui distritos. Neste município está instalado o centro administrativo da empresa NORFLOR, “*devido à facilidade de acesso ao perímetro urbano e sua relação comercial com os diversos usos instalados e serviços oferecidos*” (EIA, P392). A população de Padre Carvalho, segundo dados do IBGE (2010), era de 5.834 habitantes distribuída em uma área de 452,46 Km², com densidade demográfica de 12,89 habitantes por Km². A maior parte de sua população está concentrada em área urbana, 3.462 habitantes (59,34%).

Tabela 2 - Distribuição da população do município de Grão Mogol, por sexo e residência urbana / rural

População	População (2000)	% Total (2000)	População (2010)	% Total (2010)
População Total	5.227	100	5.834	100
Homens	2.590	49,55	2.973	50,96
Mulheres	2.637	50,45	2.861	49,04
Urbana	2.970	56,82	3.462	59,34
Rural	2.257	43,18	2.372	40,66
Taxa de urbanização	-	56,82	-	59,34

Fonte – EIA - NORFLOR

4.1.2.3 Josenópolis

Josenópolis, ex-distrito de Grão Mogol, foi emancipado em 1995. Não possui distrito. Segundo dados do censo demográfico do IBGE 2010, o município possui 4.566 habitantes distribuídos em uma área de 535,6 Km², com densidade demográfica de 8,53 habitantes por Km², sendo que a maior parte de sua população reside em área urbana, um total de 2.444 habitantes (53,53%).

Tabela 3 - Distribuição da população do município de Grão Mogol, por sexo e residência urbana / rural

População	População (2000)	% Total (2000)	População (2010)	% Total (2010)
População Total	4.253	100	4.566	100
Homens	2.174	51,12	2.346	51,38
Mulheres	2.079	48,88	2.220	48,62
Urbana	2.020	47,50	2.444	53,53
Rural	2.233	52,50	2.122	46,47
Taxa de Urbanização	-	47,50	-	53,53

Fonte – EIA - NORFLOR

4.1.3 Caracterização geral

Nos três municípios analisados, o nível de expectativa de vida vem crescendo ao longo dos anos, acompanhando tendência estadual e nacional. Em sentido oposto, mas com caráter positivo, o índice de mortalidade infantil vem decrescendo, apontando para melhora deste indicador para os três municípios. Entretanto, a taxa de fecundidade também vem decrescendo, seguindo uma



tendência do novo perfil familiar brasileiro, com unidades familiares menores, o que a longo prazo pode levar ao “envelhecimento” da população, diminuindo sua força de trabalho.

Em relação à disponibilidade e o acesso aos serviços de saúde, Grão Mogol conta com nove estabelecimentos de saúde, sendo sete municipais e dois privados. Já Padre Carvalho conta com apenas três estabelecimentos de saúde, sendo todos ligados ao poder público municipal.

Em relação à atividade econômica, em **Grão Mogol** a atividade industrial respondia, em 2010, por cerca de 56,84% do Produto Interno Bruto - PIB do município, enquanto o setor de serviços respondia por 27,55%, e a agropecuária por 15,60% (IBGE, 2010). Considerando o mercado de trabalho, geração de emprego, as atividades que mais empregam no município são os setores de agropecuária com 38,63%, o setor de serviços com 35,81% e o setor de comércio com 10,59%. O setor de construção civil vem logo em seguida representando 6,59% da geração de emprego do município. O setor de indústria de transformação oferece apenas 2,56% das vagas, a indústria extrativista 0,88% e o setor público 0,53%. Em **Padre Carvalho** o setor de serviços respondia pela maior parte da economia do Município – cerca de 75% do PIB, enquanto indústrias respondiam por 11,10%, e a atividade agropecuária 11,65% (IBGE, 2010). Em relação à geração de emprego, em 2010, 51,71% trabalhavam no setor agropecuário, 0,28% na indústria extrativa, 5,47% na indústria de transformação, 4,01% no setor de construção, 0,82% no setor público, 5,29% no comércio e 21,31% no setor de serviços. Em **Josenópolis** o setor de serviços, assim como em Padre Carvalho, preponderava sobre os demais setores, contribuindo com cerca de 67,47% do PIB, enquanto indústrias respondiam por aproximadamente 10,23%, e agropecuária com 22,29% (IBGE, 2010). Já em relação à geração de postos de trabalho, 61,72% trabalhavam no setor agropecuário, 0,88% na indústria de transformação, 5,76% no setor de construção, 0,43% no setor público, 2,13% no comércio e 27,61% no setor de serviços.

Considerando os dados relacionados ao **ensino**, quando da realização do diagnóstico, **Grão Mogol** possuía 33 escolas: sete de nível pré-escolar, vinte e três de nível fundamental, sendo que apenas três oferecem vagas para o ensino médio. Não há estabelecimento de ensino de nível superior. Já **Padre Carvalho** possui 15 escolas, sendo que dessas, apenas uma é de nível pré-escolar, doze são de nível fundamental e duas oferecem o ensino médio. Não existe no município nenhum estabelecimento que ofereça vagas no o ensino superior. **Josenópolis** possui 20 escolas, sendo que duas são de nível pré-escolar, dezessete são de nível fundamental e apenas uma oferece o ensino médio. Não existe no município nenhum estabelecimento que ofereça vagas no ensino superior. Em geral, a taxa de escolarização e de anos de estudo nos três municípios vem crescendo ao longo dos anos, apresentando diminuição da taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais.

De acordo com os dados apresentados no diagnóstico realizado, na última década houve melhora das **condições de habitação em Grão Mogol**. A porcentagem da população em domicílios com água encanada aumentou de 23,93% (1991) para 57,37% (2010). A oferta de energia elétrica nos domicílios aumentou de 29,06% (1991) para 95,59% (2010). A coleta de lixo nas residências, para a população urbana, aumentou, passando de 29,31% (1991) para 95,66% (2010). A porcentagem de domicílios com **abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado** também diminuiu nas últimas décadas, passando de 22,13% (1991) para 5,31% em 2010 (EIA, p414). As condições de habitação em **Padre Carvalho** vêm apresentando melhoras nas últimas décadas, de acordo com os dados levantados nos estudos. A porcentagem de população em domicílios com água encanada aumentou de 18,43% (1991) para 77,42% (2010). A oferta de energia elétrica nos domicílios aumentou de 39,58% (1991) para 93,99% (2010). A coleta de lixo nas residências, população urbana, aumentou, sendo que em 1991 não existia serviço de coleta e em 2010 esse



percentual era de 57,8%. A porcentagem de pessoas em domicílios com **abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado** melhorou, sendo que no ano de 1991, esse percentual era de 34,69% passando para 9,39% em 2010. No caso de **Josenópolis** observa-se a mesma tendência dos outros dois municípios da AII, com a melhoria das condições de habitação. A porcentagem de população em domicílios com água encanada era de 14,82% (1991), passando para 67,94% (2010). A oferta de energia elétrica nos domicílios aumentou de 25,85% (1991) para 83,32% (2010). A coleta de lixo nas residências, população urbana, saiu da situação de ausência do serviço em 1991 para 85,47% dos domicílios cobertos por este serviço em 2010. A porcentagem de pessoas em domicílios com **abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado** apresentando variação ao longo das décadas, sendo que no ano de 1991, esse percentual era de 13,02% passando para 19,97% em 2000 e 16,11% em 2010.

4.1.4 Pesquisa junto à comunidade - Área de Influência Direta

A pesquisa/entrevista semiestruturada, para compor a análise socioeconômica do diagnóstico junto às comunidades do entorno, foram realizadas nos dias 9 e 10 de Abril de 2013. De acordo com os estudos apresentados, foram aplicados treze questionários, que corresponderiam ao número de residências localizadas na Área de Influência Direta do empreendimento da Norflor. A entrevista foi estruturada por 14 perguntas, distribuídas em 2 eixos, Perfil do Entrevistado e dos Moradores e Caracterização do Estabelecimento Rural. Embora com amostragem equivalente à “totalidade do universo” identificado, o número de entrevistas realizadas é pequeno. Entretanto, o conjunto de dados levantados e os trabalhos realizados pela empresa junto às comunidades, permite complementar o conjunto de informações necessárias para a avaliação no presente parecer. Considera-se ainda o fato de, na vistoria, os técnicos da Suppri terem percorrido o conjunto de comunidades situados na área de influência direta.

Em relação às características dos domicílios entrevistados, é importante ressaltar que foi identificada a existência de produção voltada para subsistência na maioria das propriedades, (76,92%), sendo que em 8 há cultivos permanentes. Apenas 23,07% utiliza a propriedade apenas como moradia (EIA, p419): 1 (uma) delas possui cultivo temporário, 1 (um) possui pasto natural, 1 (um) possui pasto plantado, 1 (um) possui mata natural e 1 (um) possui mata plantada.

De acordo com os dados levantados junto aos entrevistados, 46,15% das propriedades cultivam mandioca, 23,07% cultivam feijão, 23,07% cultivam milho, 15,38% cultivam andu, abacaxi e hortaliças e 7,69% cultivam capim para produção de ração. Em relação às benfeitorias presentes nas propriedades, 100% delas possuíam uma casa principal e um galinheiro, 53,84% das propriedades possui curral, 46,15% possui casa de farinha e chiqueiro, 15,38% possui depósito e 7,69% possui estábulo e outras estruturas. (EIA, p420-421). As comunidades localizadas na área de influência Direta têm como base e modo de vida a plantação e a “*criação para subsistência, não utilizando e usufruindo das oportunidades oferecidas no meio rural para a produção e geração de renda local*”.

4.2 Avaliação e mensuração do impacto ambiental – sócioeconomia

Considerando os impactos, bem como os programas apresentados no EIA e no PCA, visando a MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS DIAGNOSTICADOS, verifica-se que os grandes impactos sobre o meio socioeconômico já foram, de certa forma, incorporados nas fases iniciais do empreendimento – que se deu na década de 70 –, sendo esta fase, de licenciamento corretivo, menos impactante tanto em seus aspectos positivos, quanto negativos. Cumpre ressaltar que o fato dos principais impactos negativos e positivos já terem sido “absovidos”, e de já fazerem



parte da realidade destes três municípios desde a década de 70, isto não significa afirmar que não existam conflitos na região, principalmente em relação às questões fundiárias, e em especial aos geraizeiros, comunidade tradicional com presença na região. Tema que abordaremos à parte mais adiante.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito a alguns dos impactos nos meios físico e biótico que afetam, em maior ou menor grau, o meio socioeconômico. Nesta nova Etapa, de retomada das atividades, “Impactos ambientais associados à etapa 1 - Continuidade das atividades de silvicultura”, os impactos mais associados ao meio social ocorrerão quando de eventual venda do eucalipto. No presente estado, as atividades de manutenção possuem pouco impacto direto, não eliminando, entretanto, a necessidade de continuidade das atividades de controle e monitoramento, conforme já previsto neste parecer.

A retomada das atividades e eventual negociação do eucalipto acarretará o contínuo “*uso das estradas de acesso e trânsito de máquinas e implementos agrícolas*” que, dadas as características das vias de acesso, estradas de terra, “*pode acarretar, através da ação de águas pluviais, o carreamento de partículas que podem ser considerados potenciais causadores de alteração da qualidade das águas, provocando uma mudança nas características físicas dos corpos hídricos, principalmente a turbidez*”. A questão da **qualidade da água** é, portanto, um dos principais aspectos que devem ser monitorados, buscando o seu controle e mitigação de forma efetiva, para evitar maiores danos à população que faz uso destes recursos hídricos para diversos usos, sejam usos visando a sobrevivência, recreativo, ou ligados à produção. Neste sentido, ao longo de toda a área plantada foram instalados, pela empresa, diversas caixas de contenção de águas pluviais. Em relação à disponibilidade hídrica, o tema já foi tratado no tópico sobre recursos hídricos.

Da mesma forma a questão de emissão de particulados, afetando a **qualidade do ar**. O trânsito de veículos e a geração de poeira ou fuligem das áreas de carvoejamento ou ainda a emissão de fumaça dos escapamentos das máquinas e veículos. O “barulho”, as “Alterações no nível de pressão sonora” é outro impacto percebido pelas comunidades, causado, novamente, pelo tráfego constante de veículos e implementos agrícolas. Neste sentido, deve-se reforçar o controle destas principais fontes de emissão, fazendo a manutenção preventiva dos veículos e outros equipamentos automotores, de forma contínua, a ser executado pelo Programa de Manutenção dos veículos e implementos agrícolas. Ressalte-se, mais uma vez, que a intensificação deste impacto sobre as comunidades ocorrerá quando da eventual comercialização do eucalipto – o que não elimina a necessidade de se planejar estes eventos para que tenham o menor impacto possível.

A **alteração da paisagem**, pela supressão de vegetação nativa é, igualmente, outro impacto com forte valor para as comunidades, que vêm nesta alteração uma perda irreversível de seus modos de vida, culturais e de subsistência associados ao cerrado. Entretanto, cumpre ressaltar que o empreendimento, ora em análise, já se encontra instalado desde a década de 70, estando, portanto, consolidado enquanto atividade econômica naquelas comunidades, gerando renda, postos de trabalho e tributos (principalmente nas fases de colheita). O **afugentamento e atropelamento da fauna** são aspectos que também devem ser observados em sua dimensão social, pois pode impactar as comunidades de diversas maneiras, dentre elas os acidentes com animais peçonhentos. Neste aspecto também é apresentado programa específico para mitigar seus efeitos sobre a comunidade.

A questão dos **incêndios** também é considerada um impacto relevante para as comunidades, principalmente por se tratar de um empreendimento com milhares de hectares em floresta



plantada. Neste sentido, é importante mencionar que o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais tem um forte componente de integração junto às comunidades que, além da própria empresa, são igualmente atingidas pelos incêndios, sejam eles provocados pela ação humana ou por causas naturais. Assim, a formação de brigadas contra incêndio, com a participação da comunidade do entorno, com o suporte da empresa, da Emater, do Parque Estadual de Grão Mogol, dos Bombeiros tem sido uma experiência exitosa, fato este relatado pelo próprio Presidente do Conselho de Meio Ambiente do Município de Josenópolis, quando do contato mantido pela equipe técnica da Suppri, durante a vistoria realizada de 30 de janeiro a 01 de fevereiro. De acordo com o programa apresentado, as equipes ou brigadas são as unidades básicas de combate aos incêndios florestais. Cada equipe possui entre seis a 10 integrantes. Os componentes da equipe são trabalhadores da própria empresa e moradores da região. Essas pessoas, por ocasião da formação das equipes, recebem treinamento em técnicas de combate e uso de equipamentos. Este treinamento é contínuo e trata não somente da atividade de combate, mas também nas ações preventivas, como a construção e manutenção de aceiros. Conforme apontado nos estudos:

“A construção de aceiros ao longo das divisas de uma propriedade florestal é de importância fundamental para evitar que incêndios vindos de fora causem danos às florestas que estão sendo protegidas, principalmente se as terras limítrofes forem áreas agrícolas ou pastagens. É preciso destacar ainda que a empresa possui e disponibiliza veículos e materiais e equipamentos diversos de combate a incêndios florestais, distribuindo-os em kits de emergência em pontos pré-determinados”.

Outro aspecto tratado nos estudos apresentados diz respeito ao **Comprometimento do Patrimônio Arqueológico** na área de influência, que se mostra mais evidente em relação aos bens imateriais, tendo em vista que a área diretamente afetada já se encontra antropizada desde a década de 70 e já se encontra consolidada com a floresta plantada de eucaliptos. De acordo com os estudos apresentados, *“a medida mitigadora mais parcimoniosa dos impactos do empreendimento sobre os recursos arqueológicos regionais é fornecer as condições necessárias à preservação dos processos culturais ocorridos na área em tempos passados e, assim, sua incorporação à memória nacional”.* Neste sentido a empresa apresentou um **Programa de Educação Patrimonial**, a ser desenvolvido junto às comunidades de região de influência direta e indireta.

Outros impactos como a gestão de **resíduos gerados** pela manutenção da atividade devem ser devidamente tratados e destinados conforme as normas, evitando o seu carreamento para os corpos d'água. De acordo com os estudos, *“O lixo gerado nas áreas administrativas e de apoio da Norflor é composto por material inorgânico como papéis, papelão e plásticos. Além disso, nos depósitos de produtos agrícolas um volume de material resultante de vasilhames de agroquímicos deverá ter direcionamento diferente daqueles recicláveis, conforme normas técnicas nacionais”.* Este processo será gerido no âmbito do Programa de Gestão de Resíduos.

Em relação aos impactos positivos que poderão advir da continuidade das operações, a **arrecadação de tributos** se configura como um dos mais relevantes, principalmente para as cidades de Padre Carvalho, Josenópolis e Grão Mogol. Entretanto, este impacto somente irá se materializar quando a empresa obtiver a sua autorização, requerida no presente processo de licenciamento corretivo – uma vez que hoje a mesma está impedida de intervir e comercializar pela falta de autorização. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) se materializa justamente na comercialização das áreas plantadas, em suas diversas finalidades: carvoejamento, siderurgia, celulose etc. Durante a realização de corte, impostos como ISS,



COFINS e PIS, principalmente, serão arrecadados, o que dependerá do volume a ser comercializado. De toda forma, a manutenção, pela Norflor, das atividades administrativas e de projetos junto às comunidades, ao longo de todo o tempo em que o empreendimento está suspenso, representou uma importante contribuição para o não agravamento da crise econômica na região, que se faz sentir também pela paralisação do mercado relacionado ao plantio de eucalipto, com forte impacto na região. Durante a vistoria realizada, foram vários os relatos de moradores, nos três municípios, das demissões ocasionadas pela paralisação do mercado associado às florestas plantadas, bem como de sua cadeia produtiva.

Neste sentido, outro aspecto importante é justamente a **empregabilidade e a melhoria da qualidade de vida** da população local. A questão da empregabilidade, associada a esta atividade, por certo somente poderá ocorrer caso o empreendimento obtenha a licença corretiva ora requerida, para continuar a sua operação e realizar a comercialização da matéria plantada. De acordo com os estudos apresentados,

“A ampliação e a revalidação da LO da Norflor proporcionará o aumento do número de empregos na região. O uso da mão de obra local representa um impacto positivo para a população, tendo em vista a falta de oportunidades de trabalho, sobretudo na AID. (...) Este impacto é positivo, principalmente pelas dificuldades econômicas diagnosticadas na AII. É importante destacar que uma das mais marcantes expectativas que o empreendimento suscita na região, se refere justamente à possibilidade de dinamismo que ele poderá trazer ao mercado de trabalho em nível municipal e regional, melhorando a qualidade de vida da população.” (EIA, 452)

Destaca-se, entretanto, que no tocante à melhoria da qualidade de vida das comunidades, a empresa Norflor vem realizando inúmeras atividades e programas, conforme será apresentado mais adiante, buscando, justamente, melhorar as condições de vida das comunidades de seu entorno direto e indireto. Cabe destacar, no caso, o trabalho desenvolvido na comunidade de Alegre que, mesmo estando circundada pela plantação de outra empresa, é a empresa Norflor quem desenvolve atividade junto à mesma, conforme relato da líder comunitária da referida comunidade.

4.3 Questões fundiárias – posseiros na área de influência direta

De acordo com os estudos apresentados, informações complementares fornecidas pelo empreendedor, bem como observações realizadas durante a vistoria realizada, de 30 de janeiro a 01 de fevereiro, pode-se verificar que a questão fundiária, relacionada à situação dos posseiros detentores de direitos, residentes e/ou não residentes, na área da NORFLOR, vem sendo muito bem conduzida pela empresa. Neste sentido, a situação e a relação atual entre a empresa e os posseiros se concentram no esforço de regularização das áreas, principalmente daquelas situadas na fazenda Córrego do Meio. De acordo com os estudos apresentados, ao constatar a presença de terceiros em área de sua propriedade a empresa buscou a sua regularização junto aos órgãos competentes, não havendo, pois, litígio em relação a estes terceiros, conforme apresentado a seguir:

A Fazenda Córrego do Meio, Matrícula nº 2813 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Grão Mogol – Minas Gerais, teve seu georreferenciamento efetivado pela Rio Rancho Agropecuária S/A, onde levantou-se a área de 15.787,5668ha (quinze mil setecentos e oitenta e sete hectares, cinquenta e seis ares e sessenta e oito centiares).



Essa área foi certificada pelo INCRA e averbada no registro de imóveis gerando a matrícula atual.

Posteriormente a área foi vendida à NORFLOR, que verificou que parte da área estava ocupada por terceiros. Verificada a impropriedade, a NORFLOR realizou novo levantamento promovendo a exclusão das áreas dos terceiros. Esse levantamento foi submetido ao INCRA com a finalidade de certificar o novo limite.

Nestes termos, cumpre ressaltar que a empresa NORFLOR reconheceu a existência de posseiros/terceiros, residentes ou não, que possuíam direitos e que estes foram devidamente reconhecidos pela empresa, que buscou a exclusão destas áreas e a sua regularização junto ao cartório e ao INCRA. Entretanto, conforme relatado, o INCRA não aceitou realizar a alteração:

Constatamos após pesquisas no Sistema de Gestão Fundiário – SIGEF, o protocolo de diversos pedidos de cancelamento da certificação da poligonal da Fazenda Córrego do Meio, Curralinho e Água Santa, que foram indeferidos pelo INCRA.

Os pedidos de cancelamento da certificação e da alteração da certificação foram solicitados pela empresa Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda, em virtude de constatação de diversos polígonos de imóveis que não foram certificados pelo INCRA, porém registrados na Serventia de Imóveis de Grão Mogol que estão sobrepostos e encravados dentro do polígono total de 15.787,5668 há.

Destes imóveis encravados, constatamos aproximadamente de acordo com as peças técnicas apresentadas pela Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda, 22 áreas registradas na Serventia de Imóveis de Grão Mogol e 72 áreas ocupadas por posseiros sem identificação de documento de domínio, até a presente data.

O motivo que ainda o INCRA não cancelou a referida certificação é para proteger o interesse das áreas ocupadas pelos posseiros, onde entendemos que se a empresa está realizando o levantamento topográfico das áreas ocupadas pelos mesmos, também estaria reconhecendo estas posses e assim possa outorgar aos posseiros que estejam ocupando a área por simples ocupação, escrituras públicas em reconhecimento a estas ocupações, para que seja realizado o desmembramento destas áreas do total certificado e registrado sob a matrícula nº 2.813, que permitirá a abertura de outras 72 áreas a serem registradas.

Figura 10 – Texto extraído de documento emitido pelo INCRA em resposta ao pedido de certificação de novo georreferenciamento.

Reproduzimos a seguir relato sobre o histórico da tentativa de regularização das áreas ocupadas por terceiros:

Em 18/01/2017, a Norflor reuniu-se com o Ministério Público de Grão Mogol e solicitou apoio para resolver a celeuma e se comprometeu a enviar o histórico das providências adotadas para delimitar cada posse, o estudo dominial e a relação de posseiros.

Neste sentido, no dia 24/03/2016, foi encaminhada a cadeia dominial da fazenda Córrego do Meio, assim como mapa contendo a relação de posseiros, mídia digital contendo os dados cartográficos dos levantamentos de campo. Os dados cartográficos foram enviados tanto no formato DWG, quanto em kml para visualização no google Earth, onde é possível verificar o limite da Norflor e os limites dos confinantes.

De posse desta documentação o MP posicionou intenção de ajudar, sendo interveniente neste processo de regularização.



Neste interstício, a Norflor solicitou a Realocação das Áreas de Reserva Legal, que estavam sobreposta a área dos posseiros. Argumentou-se que, os imóveis que compõem o empreendimento da NORFLOR já foram adquiridos com as “reservas legais” averbadas em data anterior a 2002, no entanto, a área sobreposta a ocupação dos posseiros, neste caso, a Reserva Legal não cumpre sua função ambiental. O órgão ambiental visitou vários posseiros para verificar a veracidade da informação e ao final opinou favorável à realocação que já foi regularizada inclusive no cartório.

Diante deste fato, muitos posseiros demonstraram satisfeitos ao perceberem que a empresa estava de fato buscando a solução para o problema.

Na sequência, Norflor contratou escritório de advocacia especializado na questão fundiária. Esse escritório elaborou um procedimento para regularizar as áreas por meio de processo administrativo de usucapião junto ao cartório de Grão Mogol. A Norflor tem ajudado os posseiros a organizar a documentação para dar andamento ao processo de usucapião. A Norflor já conferiu a documentação de alguns posseiros e os ajudou na confecção de mapas, para que estes possam confeccionar a ATA notarial no cartório de títulos e documentos (primeira etapa do processo). Existem posseiros que já estão com o processo de regularização mais avançado junto ao cartório de imóveis e outros que ainda estão sendo procurados pela empresa.

*A Norflor teve dificuldades em encontrar alguns posseiros. Esta dificuldade ocorre por vários motivos: alguns posseiros moram em outros estados, outros já faleceram e ainda não encontramos os parentes ou encontram-se presos **** (nome omitido pela equipe SUPPRI).*

Por todo exposto, encaminhamos lista de posseiros existentes na fazenda Córrego do Meio e reconhecidos pela Norflor, com status atual da situação de regularização. Ressalta-se que, esta listagem exige atualização constante, já que muitos posseiros negociam a venda de parte das áreas, inserindo novos posseiros. Encaminhamos ainda o kml com a localização de cada posseiro. Por todo exposto, ressalta-se a dificuldade e morosidade na regularização destas áreas em razão da ausência de documentação de alguns posseiros. Ressalta-se que não existe disputas por áreas plantadas.

Face a estes relatos, inclusive verificados *in situ* junto a algumas famílias residentes quando da vistoria realizada, a equipe da Suppri considera não haver litígio em relação a estas áreas pois a própria empresa vem se encarregando de buscar, via ação negocial, a solução dos problemas fundiários destas famílias. Em anexo é apresentada a lista das famílias com a situação de cada propriedade. Os problemas remanescentes, são de ordem jurídica/cartorial e contam com o apoio firmado da empresa para a sua solução.

4.4 Patrimônio cultural

Os bens acautelados registrados estão fora da área de influência das unidades de manejo florestal, ou seja, da área diretamente afetada que, conforme já mencionada, encontra-se antropizada desde a década de 70. De acordo com os estudos apresentados, em relação aos Bens Acautelados, os registros mais próximos, dentro da área de influência do empreendimento, encontram-se em Grão Mogol, seu conjunto urbano cultural, histórico-religioso, artístico e ambiental.



4.5 Comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas

De acordo com os estudos apresentados, em relação à presença ou não de comunidades indígenas, o registro mais próximo estaria localizado em Itacarambi, a 350 km do empreendimento. Em relação às comunidades tradicionais e quilombolas devidamente registradas, identificou-se a Comunidade do Paiol, localizada em Cristália. Conforme o estudo apresentado, não há impacto e relação do empreendimento com o território dessa comunidade quilombola, *devido a distância e a ausência de estradas utilizadas pelo empreendimento nessa comunidade.*

4.5.1 Diagnóstico comunidades - extrativismo

A empresa apresentou estudo tratando das atividades tradicionais presentes nas comunidades, como a prática do extrativismo. Foi realizado um levantamento “*das famílias que realizam a coleta de frutos do cerrado em áreas do entorno e no interior da Norflor*”. De acordo com os estudos apresentados, das 22 comunidades avaliadas, 19 tiveram 100% das famílias entrevistadas. Foram entrevistadas 94 famílias. Os dados mostraram que 69,73% realiza a coleta de frutos do cerrado em áreas da empresa e 65,69% realizam a coleta para consumo próprio e 7,8% destina-se à comercialização.

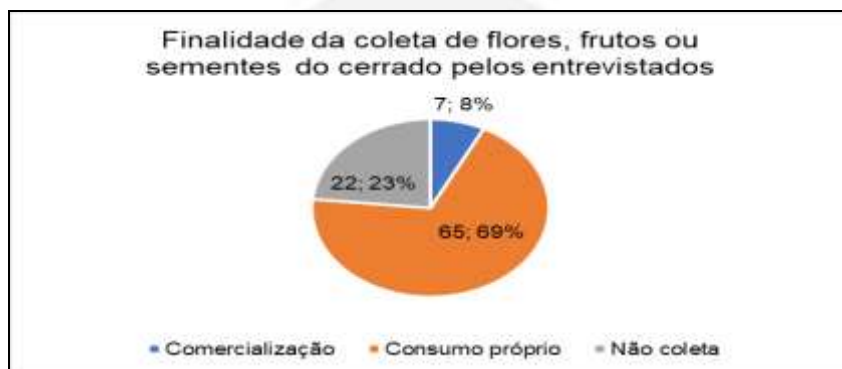


Figura 11 – Percentual de famílias que coletam frutos ou sementes do cerrado para comercialização.

Fonte: EIA

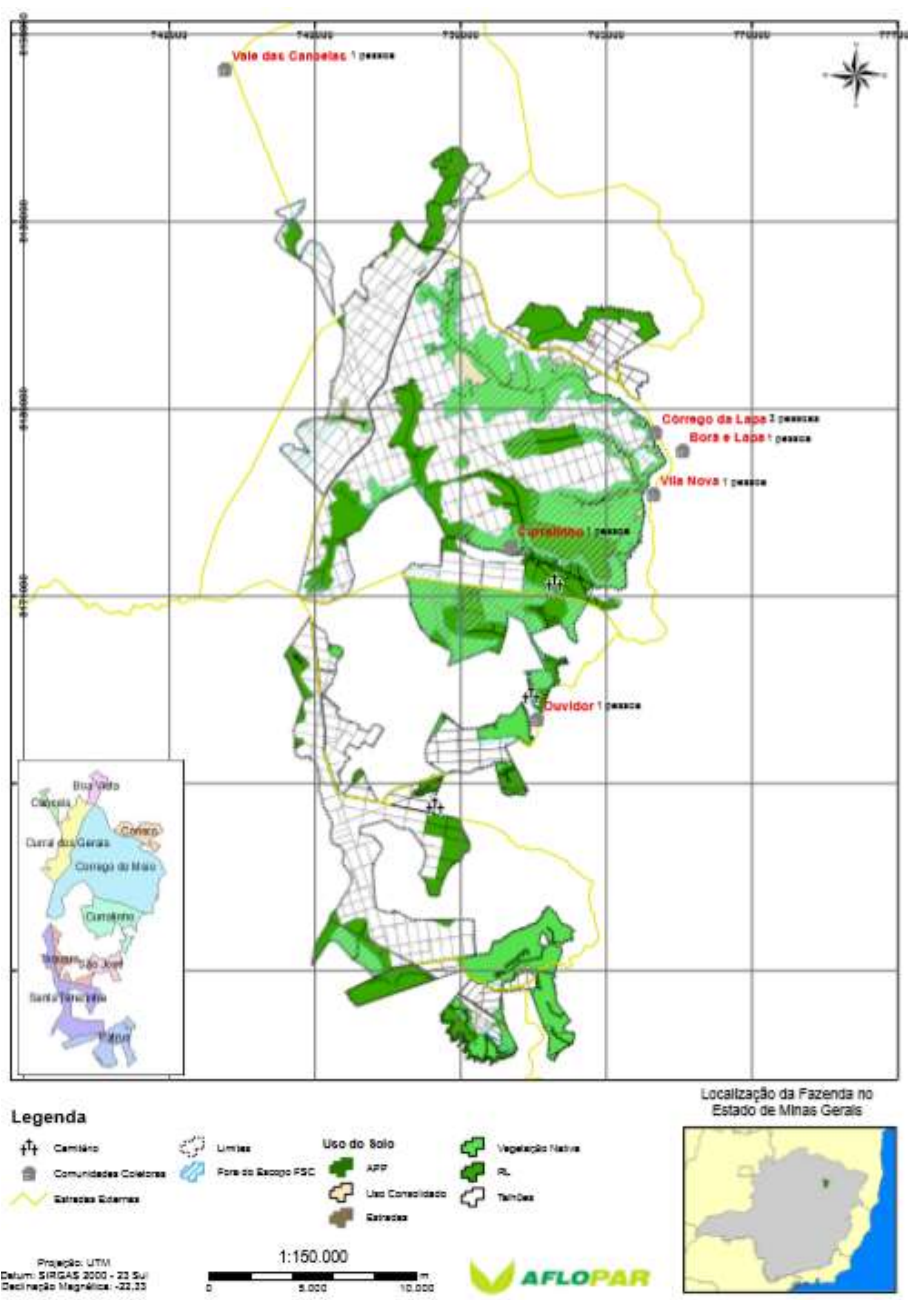


Figura 12 – Mapa das comunidades coletoras

4.5.2 Geraizeiros

4.5.2.1 Conflitos socioambientais na região da AI

A origem dos geraizeiros estaria associada a práticas históricas do processo de colonização da região, cujo termo remete às populações que têm como prática o cultivo *extensivo de gado, deixado solto no cerrado, além da prática extrativista de frutos e plantas diversas desse bioma.*



O plantio de eucalipto na região Norte de Minas Gerais intensificou-se em função da demanda proveniente das siderurgias que estavam sendo instaladas em Minas Gerais na década de 1970. Com incentivos fiscais voltados para o plantio de florestas, a região atraiu várias empresas, como a Vale do Rio Doce, que se instalou na região. Estes empreendimentos foram ocupando terras devolutas e/ou adquiridas de proprietários da região. Esta transformação da estrutura fundiária da região provocou inúmeros conflitos ambientais e sociais envolvendo, principalmente, as comunidades tradicionais de Geraizeiros.

Cumprir destacar que foram realizadas, em 2017, Audiências Públicas na Assembleia legislativa de Minas Gerais, que deram origem a recomendações aos órgãos públicos, em especial à SEDA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, responsável pela regularização fundiária no Estado. Em novembro de 2017, o Governo de Estado regulamentou Decreto reconhecendo as comunidades tradicionais, dentre elas os geraizeiros. Entretanto, ainda resta pendente a decisão sobre eventual demarcação de terras a serem destinadas a estas comunidades. Enquanto esta decisão não é tomada a nível governamental, existem diversas demandas e conflitos que aguardam decisão do poder judiciário.

No caso do empreendimento em análise, a empresa NORFLOR vem estabelecendo um diálogo aberto e bastante profícuo com as comunidades do entorno ao seu empreendimento. Em relação aos terceiros/posseiros em áreas em que é detentora dos direitos, a empresa reconheceu a pré-existências destas comunidades, excluindo-as de suas áreas de intervenção, tratadas neste parecer em item a parte. A listagem contextualizando a situação de cada um dos terceiros/posseiros é apresentada no Anexo IV. Ademais, a empresa desenvolve um projeto de “LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DAS COMUNIDADES GERAIZEIRAS NO NORTE DE MINAS GERAIS”.

Este projeto, promovido pela empresa NORFLOR, é desenvolvido com o apoio da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros. Este projeto tem por objetivo “*mostrar a realidade sócio econômica que essa população vivência e conhecer os aspectos culturais e ambientais em que estão inseridos*”. Busca-se com o projeto conhecer:

“... os Povos Geraizeiros que vivem e sobrevivem no Norte de Minas Gerais. Esses povos tem suas próprias características de relação e de sobrevivência com a terra e seus recursos. Entender essas relações e as estratégias que caracterizam este grupo, Geraizeiros, é de fundamental importância para fomentar ações políticas e socioculturais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e preservação dos valores culturais destes povos”.

O levantamento e diagnóstico socioeconômico das Comunidades Geraizeiras será realizado nos municípios de Grão Mogol (Distrito de Vale das Cancelas), Padre Carvalho e Josenópolis.

O projeto se propõe a criar um acervo de áudio, imagens e territorialidade sobre os Povos Geraizeiros, como forma de divulgar a sua realidade, permitindo que se perpetuem as tradições e os modos de vida, privilegiando “*uma metodologia de trabalho que privilegie o diálogo e a cooperação*” entre empresa, geraizeiros e comunidade acadêmica.

O projeto tem como objetivo específico o “*levantamento das famílias que se identificam e são aceitas socialmente como de comunidades geraizeiras nos municípios norte mineiros; Levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre tais famílias que norteiem a*



caracterização socioeconômica das mesmas; Acervo de áudio e imagens dos levantamentos realizados nas famílias; Criação de mapa com suas localizações territoriais.

Para a realização dos levantamentos de campo serão realizados DRP's, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Pretende-se igualmente trabalhar com elaboração de mapas mentais/cognitivos, em que as *“As famílias criarão um mapa com a sua localização e a demarcação dos espaços de outras famílias percebidas por eles como de povos geraizeiros, dessa maneira, teremos um mapa participativo e realizado por eles mesmos sobre suas localizações e delimitações espaciais. Também coletaremos os pontos geográficos com GPS para posterior demarcação em mapa físico e digital, no intuito de contribuir com o mapa inicial”*. Por meio da auto identificação das famílias, buscar-se-á estabelecer os laços comunitários criados entre as famílias que se identificam e se reconhecem mutuamente enquanto comunidade de geraizeiros: *a “família após a finalização do encontro nos apresentará a próxima a ser visitada. Dessa maneira, a cada família que aceitar espontaneamente participar do levantamento inicial apresentará a próxima família a ser visitada pela equipe”*.

Os produtos a serem elaborados e entregues são: 1. Levantamento socioeconômico das famílias de Geraizeiros; 2. Mapeamento das famílias nos municípios; 3. Acervo de imagens e sons das visitas e entrevistas; 4. Relatório final; 5. Apresentação da primeira etapa a todas as famílias participantes.

4.6 Programas sócioeconomia

4.6.1 Programa de valorização e apoio aos trabalhadores e fornecedores locais

A Norflor desenvolve e se propõe a dar continuidade a um programa que visa favorecer a economia local, com a contratação de trabalhadores e fornecedores de insumos locais, promovendo assim impactos positivos diretos e indiretos, fortalecendo cadeias produtivas associadas ao empreendimento. A empresa mantém um cadastro de fornecedores, ativos e potenciais, selecionando de acordo com critérios econômicos, técnicos, legais e de qualidade. Para fazê-lo, estabelece contatos com sindicatos de trabalhadores, especialmente trabalhadores do meio rural, e secretarias municipais.

Aos trabalhadores contratados são oferecidos cursos de qualificação, capacitação e treinamento, além de acompanhamento de seu desenvolvimento na empresa. Esta qualificação da mão de obra acaba por repercutir no desenvolvimento da economia local, que passa a contar com profissionais mais preparados para o mercado de trabalho. Os treinamentos são relacionados à *“operação de silvicultura e suas nuances, como segurança no trabalho, meio ambiente, processos de pessoal e responsabilidade social”*. Os cursos externos, complementares, são oferecidos pelos parceiros da empresa, tais como: SENAR, Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais, EMATER, SEST/SENAT, IEF, SMS Consultores, dentre outras.

Em seu programa, a empresa se compromete a fazer a gestão de sua mão de obra, da sua entrada até a desligamento do trabalhador. Neste sentido, em caso de demissão, procuram fazer o acompanhamento e o encaminhamento do trabalhador visando a sua reinserção no mercado de trabalho: *“Através de parcerias com instituições e empresas locais, trabalha-se na recolocação das pessoas desligadas no mercado de trabalho, seja através da busca de vagas de emprego e apoio na recontração, ou através da realização de cursos profissionalizantes e com foco na geração de renda”*.



4.6.2 PEA – Programa de Educação Ambiental

De acordo com a proposta apresentada, o PEA *“prevê a realização de atividades interdisciplinares que possibilitem a participação efetiva de todo o público alvo, formal e não formal, objetivando a formação de multiplicadores ambientais, o fortalecimento da consciência ambiental e consequentemente, do real papel do ser humano como ator integrado ao meio ambiente”*.

Cumprir esclarecer que este Programa já se encontra em desenvolvimento e apresenta resultados satisfatórios, que são apresentados em relatórios em periodicidade definidas. O PEA é desenvolvido nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis. Tem como públicos alvo: trabalhadores próprios ou terceirizados, comunidades do entorno e professores e estudantes. Dentre seus principais objetivos, destacam-se:

“promover a sensibilização e educação do público escolar e da comunidade em geral, construir conhecimento e facilitar a reflexão sobre as relações complexas no meio ambiente, sobretudo aquelas que afetam aos reais impactos dos projetos de reflorestamento, em especial ao eucalipto...”

“valorizando o patrimônio ambiental e cultural da região”.

“Disseminar conhecimento aos colaboradores próprios e contratados, comunidade em geral e ao público escolar das áreas de influência do empreendimento quanto a práticas cotidianas por ela adotadas que geram impactos sobre o meio ambiente e as relações humanas”.

“Desenvolver capacidade de resolução de conflitos e elaboração de consensos nas atividades em grupo”.

O desenvolvimento das atividades se divide entre: Reuniões Técnicas de preparação e planejamento (gestores e professores de instituições de ensino, lideranças políticas e comunitárias); Atividades de campo para o público formal (Instituições de ensino); e Atividade de campo para o público não formal (comunidades). O cronograma de atuação tem periodicidade bimestral e os temas selecionados são interdisciplinares, priorizando a realidade local. Usando de metodologia participativa, é realizado um diagnóstico perceptivo das escolas e público que serão trabalhados em cada município. A seguir, exemplo de Cartaz/Mural para *“Alinhamento de temas, turmas e cronograma das atividades do PEA”* utilizados nas reuniões técnicas.



MUNICÍPIO	QUADRO DE ALINHAMENTO				NOR FLOR DI FLOR
	PLANO ANUAL DE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL				
	DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO				
PRÁTICAS DE CAMPO	TEMAS	CAMPANHA	LÓCAL	PÚBLICO	DATA / OBS
	1. CINEMA AMBIENTAL – Um espaço para percepção e interpretação da realidade; 2. CUIDADOS COM ANIMAIS PEÇONHENTOS E VENENOSOS; 3. DATAS COMEMORATIVAS AMBIENTAIS; 4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SAÚDE; 5. IMPORTÂNCIA E VALORIZAÇÃO DA FAUNA E FLORA; 6. RESÍDUOS SÓLIDOS; 7. ECOLOGIA E FLORESTAS COMERCIAIS; 8. PLANTAS MEDICINAIS; 9. PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS, QUEIMADAS; 10. RECURSOS HÍDRICOS; 11. ECOEDUCAÇÃO; 12. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL				
PARTICIPANTES					

Ressalte-se, mais uma vez, que os programas sociais desenvolvidos pela empresa não sofreram interrupção e continuam sendo desenvolvidos. Neste sentido, é importante retratar aqui alguns registros do trabalho realizado.

Dentre as atividades desenvolvidas junto às escolas, o Cinema Ambiental parece ter uma ampla acolhida, com a utilização de filmes com temas que permitem “*Aproximar a educação ambiental dos conteúdos trabalhados em sala de aula; Trabalhar a educação ambiental em prol da saúde, do social e da educação para a cidadania; Promover discussões e reflexões sobre como cuidar do meio ambiente e como a sociedade pode se adaptar e criar mudanças necessárias para que isso aconteça; Sensibilizar sobre os temas ambientais do filme, como desmatamento, consumo de energia, água, poluição do ar, espécies florestais, fauna e flora*”.

Outro tema tratado, a questão dos recursos hídricos, importante para toda a região, é tratado em debates nas escolas e visa: *despertar a sensibilização quanto a importância da água em nossa vida e nas relações de conservação do meio ambiente; incorporar o senso de respeito e o cuidado para com os mananciais, além de estimular a percepção quanto a importância do homem na transformação do meio em que vive, atentando para as interferências negativas que têm causado à natureza. Além de exposição dialogada sobre o tema, a equipe do PEA oportunizou uma roda de conversas e esclarecimentos.* Nesta atividade, conforme relatórios apresentados, participaram em 2017 aproximadamente 300 alunos, dos turnos manhã e tarde.

A seguir, apresentamos os registros de algumas atividades que já são desenvolvidas pela empresa no âmbito do Programa de Educação Ambiental:



Foto 4: Cinema Ambiental - Escola Municipal José Drumont – Grão Mogol-MG (29/04/2017)



Foto 5: Cinema Ambiental - Escola Municipal José Drumont – Grão Mogol-MG (29/04/2017)



Foto 6: Recursos Hídricos - Escola Municipal José Drumont – Grão Mogol-MG (29/08/2017)



Foto 7: Recursos Hídricos - Escola Estadual Padre Carvalho – Padre Carvalho-MG (31/08/2017)

De acordo com o programa e relatórios apresentados, com relação à educação e sensibilização socioambiental voltadas para o público não formal, voltadas para os trabalhadores e para as comunidades, as atividades desenvolvidas buscaram

“aproximar os participantes dos reais problemas do dia a dia e da sensibilização e educação ambiental em prol de mudanças de comportamento e multiplicação de boas práticas que em conjunto significam prosperidade para o homem e a natureza. Os colaboradores puderam assistir alguns vídeos educativos e ao final foram convidados a participar de uma dinâmica colaborativa, cujo objetivo era demonstrar na prática que somos interdependentes, realçando assim a valorização de contar com o outro e trabalhar em equipe”.



Metodologia - Elaboração e Produção de Conteúdo

De acordo com a proposta apresentada, o “*processo construtivo de conteúdo é participativo, envolvendo gestores da contratante, equipe técnica da consultoria contratada e parceiros institucionais*”. Assim, para “*cada público e atividade foi elaborado material específico e objetivo, com linguagem clara, de fácil entendimento, lúdica e obedecendo didática de ensino apropriada para disseminar as práticas de educação ambiental. Além dos slides com conteúdo teórico/expositivo e seleção de vídeos educativos, são elaborados plano de ação, para cada tema*”, que é validado pelo público envolvido na ação.

Indicadores para avaliação de resultados do PEA: porcentagem de público participante / território abarcado nas atividades; avaliação do conteúdo produzido; avaliação de grau de satisfação após realização de atividades; avaliação da equipe técnica contratada; avaliação, percepção e monitoramento do público frente ao empreendimento.

4.6.3 Programa saber

Trata-se de um programa que visa sensibilizar e conscientizar as comunidades sobre os impactos e a influência do empreendimento na região, sua inserção e relação com o meio ambiente e as comunidades locais. Os objetivos, tal como expressos em contrato com a empresa/pessoa física contratada, são reproduzidos a seguir:

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação dos seguintes serviços assim discriminados:

- a) O CONTRATADO deverá desenvolver ações de sensibilização e conscientização que incentivem a reflexão da comunidade local quanto ao meio ambiente em todas as suas complexas inter-relações, valorizando o patrimônio ambiental e cultural da região.
- b) Disseminar conhecimento a comunidade em geral das áreas de influência do empreendimento quanto a práticas cotidianas por ela adotadas que geram impactos sobre o meio ambiente e as relações humanas.

UNISE - Nº DO CONTRATO/ANO	DESCRIÇÃO DO CONTRATO
NORFLOR - 005/2017	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

c) Os encontros (para realização das palestras) ocorrerão mensalmente, em datas a serem definidas entre as partes contratantes através de e-mails que serão anexados pela CONTRATANTE a este instrumento, de acordo com as solicitações de serviço, para fins de comprovação e segurança das mesmas.

1.2. O trabalho será realizado durante todo o ano de 2017, nos três municípios de atuação da CONTRATANTE, que são: Josenópolis/MG, Grão Mogol/MG e Padre Carvalho/MG, e ainda com os colaboradores da empresa CONTRATANTE.

1.3. O trabalho será realizado a partir das seguintes ações:

- i) Elaboração e Implantação de um Plano Anual de Comunicação;
- ii) Reuniões com o público alvo descrito no item 1.2 supra;
- iii) Definição e apoio à elaboração de Projeto;
- iv) Apoio na formalização de parcerias.



Sob a responsabilidade de um Engenheiro Florestal e Pedagogo, o programa se desenvolve nos três municípios da área de influência do empreendimento, estabelecendo grupos de “Diálogo com a Comunidade”, com a participação das lideranças locais. De acordo com relatórios apresentados pela empresa, o objetivo principal é *discutir, abertamente, sobre os desafios e as oportunidades em relação ao Eucalipto e ao Meio Ambiente*”.

“Nesses momentos de diálogo foram utilizadas metodologias participativas, com perguntas geradoras, reflexões individuais e em grupo para as respostas, e interação comunicativa. Ou seja, os temas foram discutidos abertamente, com intervenções durante toda a discussão. Inicialmente foi realizada uma apresentação geral da proposta de trabalho do Programa Saber e dos envolvidos. Posteriormente foi realizada uma discussão sobre as expectativas e demandas apresentadas por cada líder de cada comunidade na tentativa de definição de uma proposta de trabalho comum em relação aos desafios e demandas apresentadas. Em todos os encontros foram feitas perguntas com tempo de reflexão entre os participantes, tanto individualmente, quanto em grupo, no intuito de provocá-los a introdução do tema em seu contexto de vida. A utilização de imagens em todos os momentos também foi privilegiada, como forma de melhor entendimento dos temas e pontos discutidos”.

Além dos temas tratados, como recuperação e proteção de nascentes, construções de barraginhas, eucalipto em relação ao solo, as nascentes, a flora e aos animais, queimadas e lançamento de esgoto, foram desenvolvidas atividades de organização e planejamento das ações a serem desenvolvidas nas atividades de campo, com definição dos locais, custos, parcerias etc. Foram também promovidos cursos, como sobre Sistemas Integrados de Produção, através de estudos de caso, além de cursos de capacitação do SENAR.

4.6.4 Programa de visita – canais de diálogo com a comunidade

Buscando melhorar o seu relacionamento com a comunidade, a empresa desenvolve um programa de visitação de suas instalações e operações florestais, *“Programa de recepção e demonstração das operações florestais da empresa, bem como dos seus projetos socioambientais. O principal objetivo é aproximação com as lideranças locais e com as comunidades de forma geral”*. Representantes do poder público, lideranças comunitárias, religiosas e membros das comunidades fazem parte do público alvo do programa, que visa aproximar as atividades da empresa com as comunidades nas quais a empresa está inserida.

4.6.5 Projeto Aflorar

Projeto Social que visa atender famílias com alto índice de vulnerabilidade familiar, através do desenvolvimento de hortas orgânicas, quintais florestais e sistema agroflorestal. Busca:

“contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias dos agricultores residentes nas comunidades vizinhas à empresa, por meio do incremento de renda mensal, melhoria da distribuição da renda anual e diversificação econômica local, utilizando seus saberes e práticas artesanais como elementos fundamentais para o sucesso deste”.



Para implantação das hortas buscou-se identificar área com mão de obra disponível e com aptidão para este tipo de atividade.

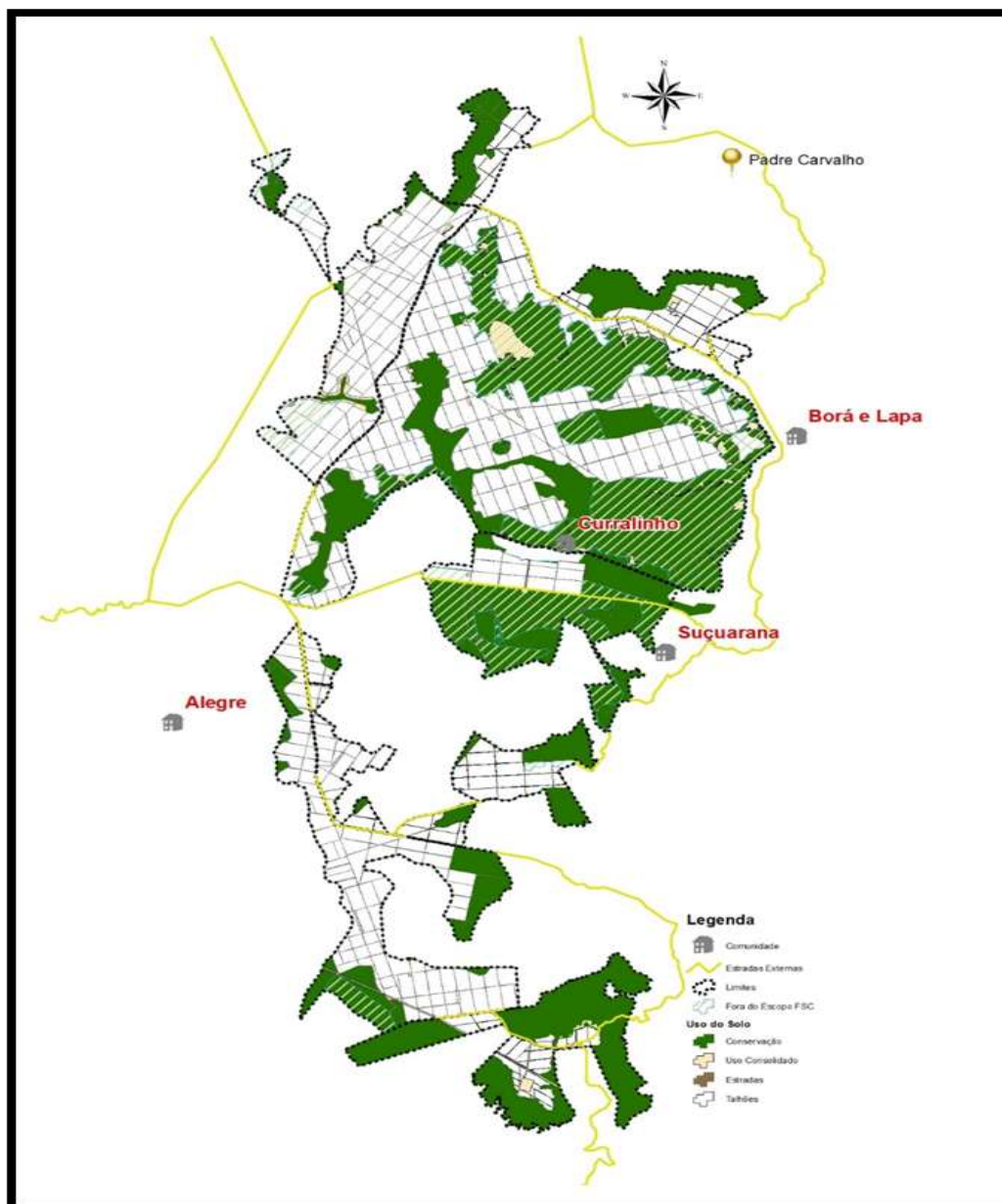


Figura 13. Mapa das comunidades beneficiadas pelo Projeto Aflorar.

A tabela a seguir identifica o número de beneficiados e o sistema de cultivo agrícola implementado em cada comunidade. Em seguida são apresentadas algumas fotos que retratam o desenvolvimento do programa.



Tabela 3 - Número de beneficiados/comunidade e sistema de cultivo

Comunidade	Nº de beneficiários	Sistema de cultivo
Alegre, Grão Mogol	20	Horta, Quintais Florestais, Cultivo em consórcio
Borá e Lapa Josenópolis	12	Horta Quintais Florestais
Padre Carvalho	49	Horta comunitária
Curralinho, Josenópolis	10	Horta Quintais Florestais
Suçuarana, Josenópolis	07	Horta
Total	98	



Foto 8 – Sistema Agroflorestal na comunidade Alegre



Foto 9 – Horta e Quintais florestais na Comunidade Borá e Lapa



Foto 10 – Horta comunitária em Padre Carvalho



Foto 11 – Horta na Comunidade Curralinho.



Para o acompanhamento e a capacitação, a empresa firmou parceria com a EMATER e a Universidade Federal de Minas Gerais para realização de oficinas de capacitação nas comunidades. Como forma de assegurar a venda dos produtos gerados no projeto e consequentemente aumento da renda destas famílias, a empresa proporcionou as feiras dos agricultores do projeto e articulou parceria com restaurantes e escolas locais.

Tabela 4. Identificação das oficinas ofertadas/ comunidades.

Tema	Local
Produção de Mudas e Sementes Florestais	Comunidade Alegre
Sistemas Agroflorestais e Educação Ambiental	
Poda	
Propagação Vegetativa	
Empreendedorismo	Padre Carvalho
Produção de hortaliças: Importância para a alimentação humana e aproveitamento de produtos	
Empreendedorismo: comercialização de produtos hortícolas	
Horta: Do planejamento à colheita/ Princípios da Adubação Orgânica	
Horta: Do planejamento à colheita/ Benefícios da Produção Orgânica	Comunidade Borá e Lapa
Noções básicas de horticultura – Horta: o alimento em seu quintal	



Foto 12 – Oficina de capacitação na comunidade Alegre



Foto 13 – Oficina de capacitação na horta de Padre Carvalho



Foto 14 – Oficina de capacitação na horta em Borá e Lapa



Foto 15 – Feira dos participantes do Projeto Aflorar em Padre Carvalho



Foto 16 – Feira dos participantes do Projeto Aflorar de Borá e lapa na sede da Norflor.

Chamada Pública Nº 003/2017

A Caixa Escolar RITA ESTEVES RAMALHO, com sede AV. RITA RAMALHO Nº 28, CENTRO, JOSENOPOLIS/MG, torna público para conhecimento dos interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais), em conformidade com o seu Regulamento Próprio de Licitação (Resolução SEE nº 2.245/2012), Lei Federal nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE Nº 026/2013 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015, a presente Chamada Pública, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, conforme especificação no item 03 desta Chamada Pública.

1. DO OBJETO

O objeto desta Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações para atender os alunos matriculados na Escola Estadual JUCA MARIA.

Figura 14 – Exemplo de Edital para aquisição da produção das comunidades.

5 Reserva Legal / Relocação Reserva Legal

A área destinada a Reserva Legal do empreendimento está localizada em 13 imóveis que compõem o empreendimento Norflor, totalizando 7.047,0485 ha, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Listagem dos imóveis – reserva legal

	Imóvel	Matrícula/Outro	Área Norflor - ha	Área da reserva legal - ha
1	Córrego do Meio	2.813	15.787,57	3158,11
2	Rib. das Piabanhas (São José)	2.811	1.163,71	279,66
3	Fazenda Rib. das Piabanhas (Taquara)	2876	577,75	128,28
4	Rib. das Piabanhas (Taquara - Área De Posse)	Posse	182,49	31,03
5	Rib. das Piabanhas (Ribeirão Santana ou Ribeirão do Inferno)	4131	2.962,36	619,59
6	Rib. das Piabanhas (Curralinho)	Posse	2.409,32	628,98
7	São Francisco e Curral Gerais (Cancela)	2.972	450,00	90,19
8	Ouvidor I (Posse)	Posse	123,04	89,97
9	Fazenda Ouvidor II (Posse)	Posse	290,93	
10	Santa Terezinha (contrato s/nº)	ITER	3.823,00	864,83
11	Curral dos Gerais (contrato 080/83-E)	ITER	928,87	543,92
12	- Fazenda Boa Vista (contrato 081/83)	ITER	3.478,61	
13	- Faz. Macuco - Lote I e II e Fazenda Macuco (contrato 123-E/186)	ITER	1.564,68	612,49
	Total		33.742,34	7047,0485



As propriedades foram adquiridas com as Reservas Legais averbadas em data anterior a 2002, não inferior a 20% da área total dos imóveis. Após a aquisição das áreas, a NORFLOR realizou um diagnóstico das averbações localizadas no perímetro dos imóveis do empreendimento, onde foram identificadas a existência de posseiros na região, alguns deles com permanência superior a 30 (trinta) anos, anteriores à averbação da “reserva legal” além das inconsistências e imprecisões na localização das reservas legais.

Em 06 de abril de 2017 foram formalizados na Agência Especial de Montes Claros documentação para Relocação de Reserva Legal de 03 propriedades em nome da Norflor, sendo elas Fazenda Ribeirão das Piabanhas, Córrego Taquara e Fazenda Ribeirão de Santana.

5.1 Processo 0805000039/17 – Fazenda Ribeirão de Santana – Matrícula 4131

A averbação da Reserva Legal foi realizada pelo proprietário anterior à Norflor, porém conforme informado pelo empreendedor, foram identificadas incoerências, como por exemplo partes da Reserva fora de domínio da área de posse e domínio da Norflor, partes da área averbada inundada com a construção do reservatório da Usina de Irapé, além de não ter sido previsto o memorial descritivo das áreas por se tratar de processos antigos.

Para a relocação da Reserva Legal foi proposta uma área de 619,59 ha, não inferior a 20% da área total da propriedade, dividida em 7 blocos, localizados na mesma matrícula da propriedade que tem como área total 2.962,36 ha.

Quadro 4 – Relação imóveis- fitofisionomia

Fragmento	Área (ha)	Nome Imóvel	Matrícula	Município	Fisionomia Vegetal
Bloco 1	90,90	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Bloco 2	247,87	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Bloco 3	1,67	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Bloco 4	88,32	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Bloco 5	82,50	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Bloco 6	77,47	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Bloco 7	30,86	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Total	619,59				

As áreas estão inseridas no bioma Cerrado, sendo considerada uma região ecótono com espécies comuns do Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga. A vegetação é predominantemente arbustiva, com destaque para espécies arbóreas como *Plathymenia reticulata*, *Caryocar brasiliensis*, *Vochysia thyrsoidea*, *Copaifera martii*, *Ocotea sp.*, *Passiflora sp.*, *Albizia sp.*, dentre outras.

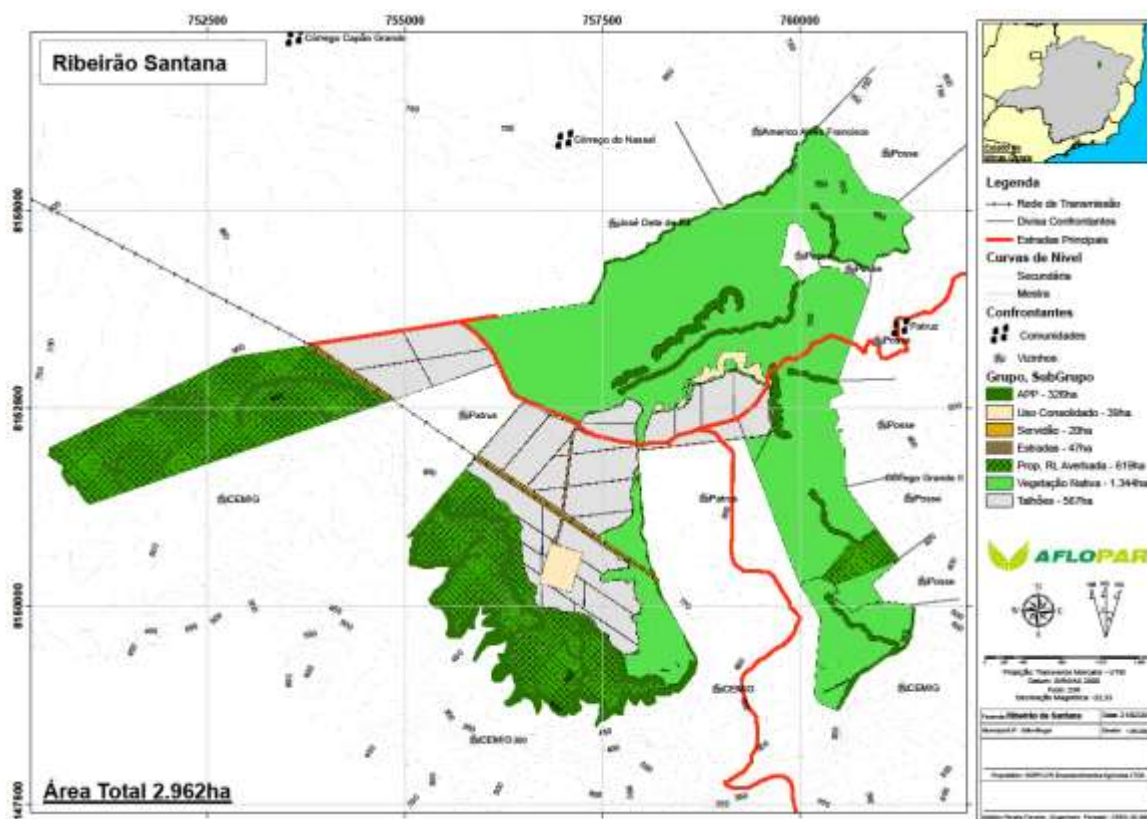


Figura 15 – Mapa de Relocação de Reserva – Fazenda Ribeirão Santana

5.2 Processo 0805000040/17 – Fazenda Ribeirão das Piabanhas – Matrícula 2876

A averbação da Reserva Legal foi realizada pelo proprietário anterior à Norflor, porém conforme informado pelo empreendedor, assim como nos processos anteriores foram identificadas incoerências como partes da Reserva fora de domínio da área de posse e domínio da Norflor, áreas compostas por talhões de eucalipto e aceiros, além de não ter sido previsto o memorial descritivo das áreas por se tratar de processos antigos. Foi proposta uma área de 128,27 ha, não inferior a 20% da área total da propriedade que é de 577,7590 ha, dividida em 3 blocos, localizados na matrícula receptora 4131 – Fazenda Ribeirão de Santana.

Quadro 5 – Relação imóveis- fitofisionomia

Fragmento	Área (ha)	Nome Imóvel	Matrícula	Município	Fisionomia vegetal
Bloco 1	17,57	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Bloco 2	89,19	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Bloco 3	21,51	Faz. Ribeirão de Santana	4131	Grão Mogol	Cerrado
Total	128,27				

As áreas estão inseridas no bioma Cerrado, sendo considerada uma região ecotone com características de Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Densa, onde foram levantadas espécies como *Clitoria sp*, *Callea sp*, *Jacaranda sp*,



Terminalia brasiliensis, *Melinis minutiflora*, *Vochysia thyrsoide*, *Copaifera martii*, *Qualea parviflora*, dentre outros.

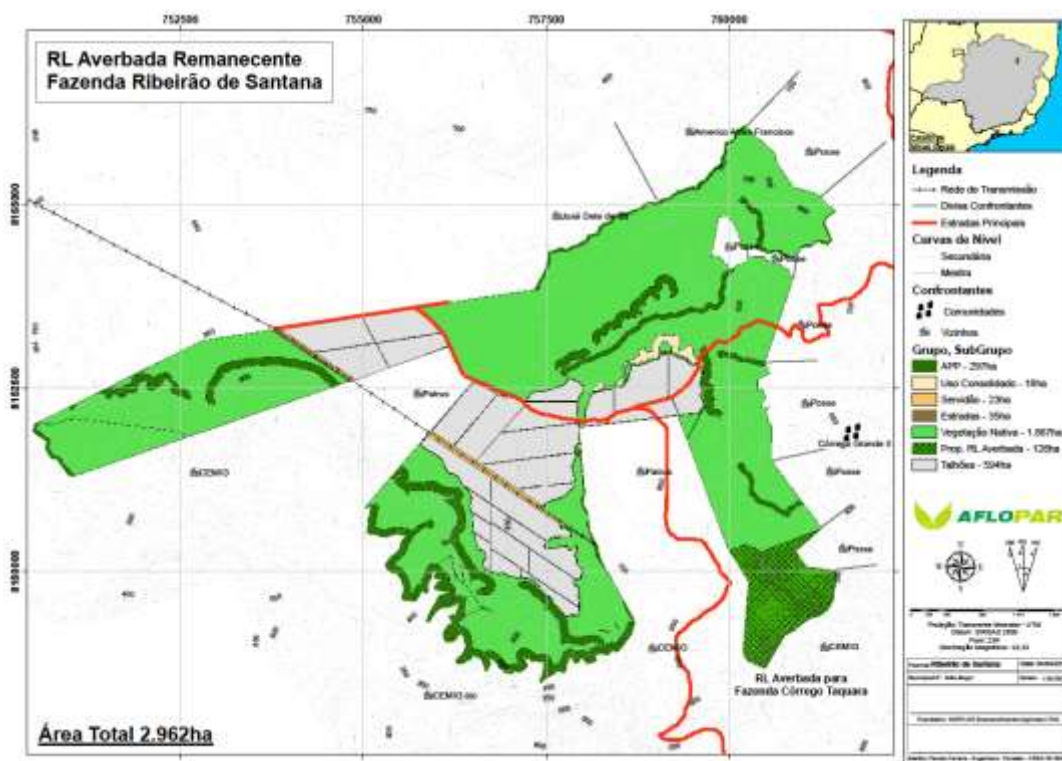


Figura 16 – Mapa de Relocação de Reserva - Fazenda Ribeirão das Piabanhas/Receptora: Ribeirão

5.3 Processo 0805000041/17 – Fazenda Ribeirão das Piabanhas – Matrícula 2811

A averbação da Reserva Legal foi realizada pelo proprietário anterior à Norflor, porém conforme informado pelo empreendedor, foram identificadas incoerências como por exemplo partes da Reserva fora de domínio da área de posse e domínio da Norflor, áreas de preservação permanente incluídas no cálculo da Reserva, além de não ter sido previsto o memorial descritivo das áreas por se tratar de processos antigos.

Foi proposta uma área de 278,93 ha, não inferior a 20% da área total da propriedade, dividida em 5 blocos, localizados na mesma matrícula da propriedade que tem como área total de 1.163,71 ha.

Quadro 6 – Relação imóveis- fitofisionomia

Fragmento	Área (ha)	Nome Imóvel	Matrícula	Município	Fisionomia vegetal
Bloco 1	132,78	Faz.Sao José	2811	Josenópolis	Cerrado
Bloco 2	33,98	Faz.Sao José	2811	Josenópolis	Cerrado
Bloco 3	21,63	Faz.Sao José	2811	Josenópolis	Cerrado
Bloco 4	60,11	Faz.Sao José	2811	Josenópolis	Cerrado
Bloco 5	30,43	Faz.Sao José	2811	Josenópolis	Cerrado
Total	278,93				



As áreas estão inseridas no bioma Cerrado, apresentando formações savânicas, cerrado sensu stricto, Cerradão e Mata Ciliar, com áreas bem conservadas onde foram levantadas espécies como Gonçalo, Pau pombo, Palmeira, Ipê do cerrado, Pau santo, Pequi, Favela, Vinhático, Canela, Cafezinho, Caboatá, Pau terra, Pau terrinha, Espeto, Pau doce, Caboatá, dentre outros.

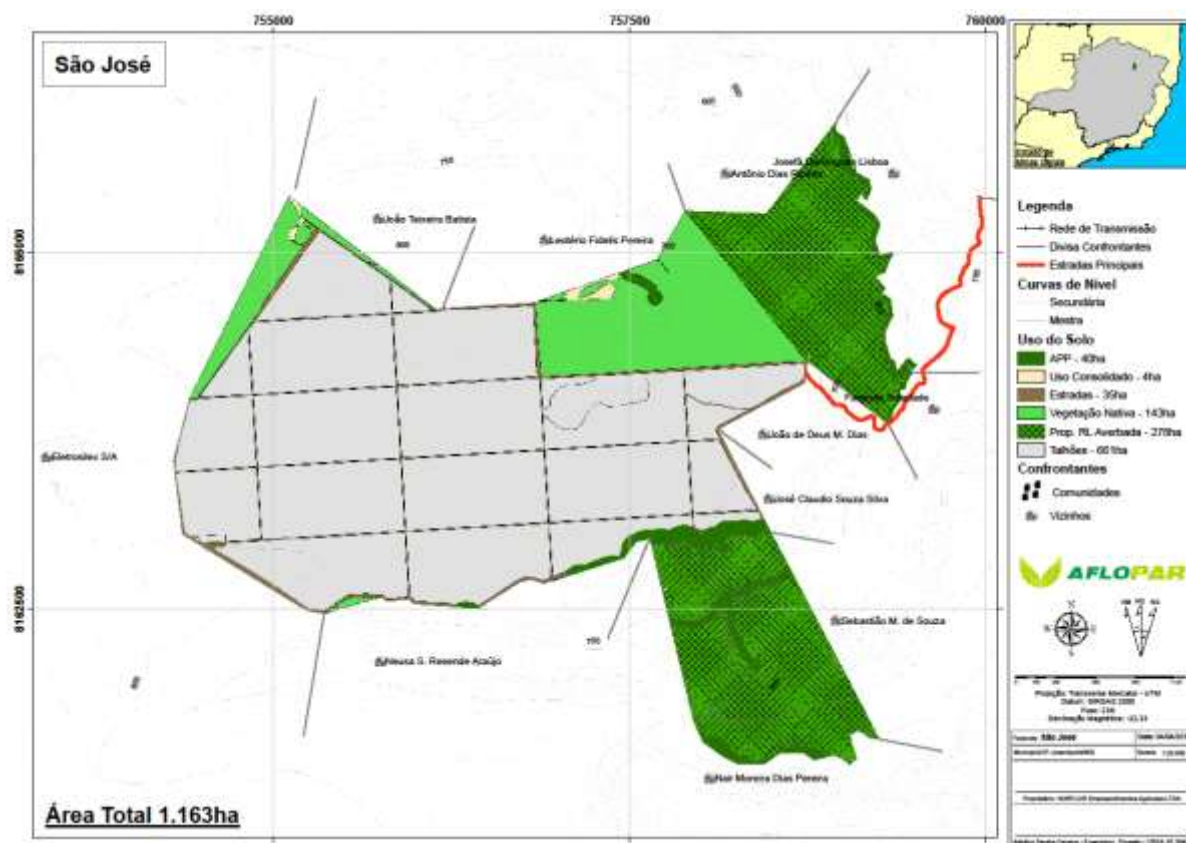


Figura 17 – Mapa de Relocação de Reserva – Fazenda São José.

As áreas propostas para Relocação de Reserva Legal foram vistoriadas em campo onde foram observadas áreas de preservação permanente no cálculo do percentual de reserva. O empreendedor foi orientado a excluí-las e dessa forma foram apresentadas novas propostas e mapas atendendo ao solicitado e de acordo com o artigo 27 da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, com melhores condições ambientais que as áreas anteriores.

As áreas onde as Reservas Legais serão relocadas são maiores em hectares que as antigas e se encontram em bom estado de conservação contribuindo com corredores ecológicos já existentes, sendo assim, a relocação foi autorizada e considerada como ganho ambiental.

6 Impactos e Medidas mitigadoras

De acordo com a consultoria, a caracterização de cada impacto foi feita por meio de indicadores, de forma a fornecer informações necessárias não só para a própria avaliação do impacto, como para orientar o detalhamento das ações propostas no EIA para prevenir, mitigar e monitorar os impactos identificados, bem como para potencializar os benefícios advindos daqueles impactos que já se configuram com natureza positiva.



Quadro 7 – Resumo dos principais impactos e ações/programas ambientais do empreendimento

Impacto Ambiental	Mitigação, Controle, Monitoramento e Potencialização
Exposição do solo para plantio.	Programa de recuperação de áreas degradadas e contenção de processos erosivos.
Dinamização das atividades econômicas	Apoio a administração pública e priorização da mão de obra e comércio local.
Aumento da arrecadação de tributos	Apoio a administração pública e priorização da mão de obra e comércio local.
Comprometimento de patrimônio arqueológico e paleontológico	Programa de educação patrimonial (Histórico, Cultural, Arqueológico e Paleontológico).
Alteração do microclima local	Programa de prevenção e combate a incêndios florestais.
Afugentamento da fauna	Programa de monitoramento da fauna e manutenção os corredores ecológicos.
Aumento da probabilidade de acidentes com animais peçonhentos	Programa de educação ambiental
Aumento da probabilidade de perda de indivíduos da fauna por atropelamento	Programa de educação ambiental
Ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos	Programa de recuperação de áreas degradadas e contenção de processos erosivos.
Aumento da turbidez dos cursos d'água próximos a ADA	Projeto de monitoramento de qualidade das águas, programa de recuperação de áreas degradadas e contenção de processos erosivos.
Pressão de Caça	Programa de educação ambiental.
Fragmentação florestal e o efeito de borda e criação de metapopulações	Manutenção de corredores ecológicos e programa de monitoramento da fauna e da flora.
Alteração na qualidade do solo pela geração de efluentes líquidos	Programa de manutenção dos veículos, programa de contenção de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas.
Utilização de Reservas Legais e APP	Programa de regularização fundiária e da Reserva Legal
Destinação inadequada de resíduos sólidos e embalagens de agrotóxico	Programa de destinação adequada dos resíduos sólidos e embalagens de agroquímicos.
Melhoria da qualidade de vida	Programa de comunicação social, priorização da mão de obra e comércio local.

Fonte: EIA, 2013.

6.1 Alterações da Qualidade do ar

Todo projeto florestal demanda uma série de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. A movimentação de terra e o trânsito de veículos provocará impactos relacionados à qualidade do ar, tendo em vista as emissões de material particulado. O impacto foi caracterizado como de baixa magnitude, abrangência local, de curto prazo e reversível. O programa proposto para mitigar este impacto é o Programa de Manutenção dos veículos e implementos agrícolas.



6.2 Alterações no nível de pressão sonora

As alterações no nível de pressão sonora ocorrerão com o uso das estradas de acesso e trânsito de máquinas e implementos agrícolas. O efeito ambiental deste impacto será verificado na AID do empreendimento, mas podendo ocorrer também nas estradas dentro da AII do empreendimento. O impacto foi caracterizado como de média magnitude, abrangência local, de curto prazo e reversível. O Programa de Manutenção dos veículos e implementos agrícolas também inclui ações para mitigação deste impacto.

6.3 Prestação de Serviços nas áreas do empreendimento (ISSQN)

O empreendimento proporciona a arrecadação de tributos para as cidades de Padre Carvalho, Josenópolis e Grão Mogol. Quando a colheita dos primeiros talhões se iniciar a tendência é de forte incremento na arrecadação municipal e estadual. As principais fontes de recursos municipais são provenientes de transferências governamentais, em boa parte decorrente do tamanho de suas populações. Somente uma parcela da arrecadação é decorrente da proporção do valor econômico gerado, parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O impacto foi caracterizado como positivo e de alta magnitude, abrangência regional, de longo prazo.

6.4 Aumento da probabilidade de atropelamento da fauna

O movimento de máquinas e veículos tende a aumentar significativamente o atropelamento da fauna. O impacto foi caracterizado como negativo, de magnitude baixa, abrangência pontual, de curto prazo e de incidência provável. O Programa de Educação Ambiental inclui ações para mitigação deste impacto.

6.5 Disposição de resíduos

A geração de resíduos sólidos é demandada do número de colaboradores presentes no projeto, da disposição de resíduos de origem industrial ou agrícola (vasilhames de agroquímicos), resíduos orgânicos e recicláveis. O impacto foi caracterizado como negativo, de média magnitude, abrangência local, de longo prazo e reversível. O Programa de Gestão de resíduos define ações para mitigação deste impacto.

6.6 Impactos das atividades de colheita das florestas

Este impacto está relacionado ao processo de colheita dos plantios, e associado a outros processos procedentes como erosão, alteração do microclima e alteração na recarga hídrica local, já que a exposição do solo com a compactação de máquinas agrícolas altera a superfície de escoamento das águas de chuva. O impacto foi caracterizado como negativo, de alta magnitude, abrangência local, de longo prazo e reversível. O Programa Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e o Programa de Conservação de estradas e aceiros define ações para mitigação deste impacto.



6.7 Impactos no aumento da empregabilidade e melhoria da qualidade de vida

O empreendimento Norflor proporcionará aumento do número de empregos na região. O uso da mão de obra local representa um impacto positivo para a população trazendo a possibilidade de dinamismo ao mercado de trabalho em nível municipal e regional, melhorando a qualidade de vida da população. O impacto foi caracterizado como positivo, de alta magnitude, abrangência regional, de longo prazo e reversível. A empresa desenvolverá um Plano de Priorização da mão de obra e do comércio local.

7 Planos, Programas e Projetos Ambientais

Conforme o EIA, o empreendedor apresentou os Programas para execução das ações de mitigação dos impactos decorrentes da operação do empreendimento. Ressalta-se que as ações de controle previstas para a LOC são executadas conforme o Plano de Controle Ambiental amparadas pelo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. A seguir serão apresentadas as principais orientações e ações, conforme o Plano de Controle Ambiental

7.1 Programa de Contenção de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas

As áreas alvo desse projeto são principalmente as áreas já em processo de erosão, como as cascalheiras desativadas e áreas de estradas em processo inicial de erosão.

7.2 Estradas Internas e aceiros

Sempre que possível será necessário utilizar os acessos existentes. No entanto, esses acessos poderão ter seu traçado e padrão ajustados por serviços de terraplanagem visando o restabelecimento das condições naturais da rede de drenagem, através da implantação de camalhões e caixas de contenções, a fim de evitar processo de erosão e formações de sulcos. Os aceiros e estradas deverão ser mantidas em condições permanentes de tráfego, implementos agrícolas e veículos.

7.3 Recuperação e Revegetação

A primeira etapa desse trabalho foi quantificar e definir as características específicas de cada área a ser recuperada ao longo da operação do empreendimento.

A aquisição de mudas, o preparo do solo e plantio, as práticas de cultivo e manejo até a consolidação do processo de recuperação fazem parte desse conjunto de atividades que se aplica a todas as áreas degradadas afetadas pelas atividades pelo empreendimento, bem como efetuar a manutenção das áreas já recuperadas. Cada uma dessas áreas está recebendo tratamento específico conforme suas características e da recuperação.

7.3.1 Regeneração Natural (para áreas de APP em processo de regeneração)

A regeneração natural vem requerendo técnicas e medidas para que obtenha o máximo de êxito na condução da floresta, através de técnicas silviculturais e estudos apropriados, como banco de sementes, controle de formigas, controle de espécies invasoras, controle da equitabilidade (Para parâmetro de comparação, ao final dos 4 anos de monitoramento, será feita uma avaliação final, comprando-se a equitabilidade da floresta em recuperação, em relação às áreas adjacentes).



7.3.2 Sub-Programa de Recuperação de Áreas Degradadas–Casalheiras (PRAD - Casalheira)

A Norflor possui nove áreas de exploração de cascalho, localizadas em bordas de Reservas Legais, áreas de conservação e talhões, conforme relatado nos estudos EIA/PCA. Tratam-se de cascalheiras antigas que foram exploradas pelos proprietários anteriores da área. Estas cascalheiras estão sendo recuperadas em virtude da exaustão do cascalho.

Ações e metodologias utilizadas na recuperação das áreas degradadas foram apresentadas e constam de medidas físicas de recuperação, Medidas biológicas, tratos quanto ao controle às formigas, capina e adubação. O subprograma ainda estabelece analisar e conhecer o desempenho e aplicabilidade do modelo proposto com a realização de avaliações periódicas anuais durante 05 anos.

7.4 Programa de Manutenção dos Veículos e Equipamentos Agrícolas

O Programa de manutenção de veículos e equipamentos agrícolas visa métodos de prevenir a contaminação do solo e dos recursos hídricos superficiais nas áreas do projeto Norflor. De maneira geral a manutenção pode ser classificada em dois métodos diferentes que são a preventiva ou periódica e a manutenção corretiva.

7.5 Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental apresentado nos estudos ambientais correspondeu ao calendário 2017. O relatório delimitou as ações definidas para o ano de 2017 no âmbito do público formal e não formal. Segundo a metodologia definida, foram apresentadas aos gestores das unidades escolares o PEA e deverão ser continuamente contextualizadas observando a faixa etária, ciclo de ensino, conteúdo programático desenvolvido nas escolas e sobretudo as demandas de cada instituição. Os eixos temáticos e o cronograma de execução foi estabelecido, conforme o PCA com a participação do público alvo – diretores, coordenadores das escolas e educadores, da equipe da Norflor e a equipe da empresa contratada pela empresa para a execução do PEA. Os Registros das reuniões serão evidenciados por fotografias, atas e ou memórias de reunião.

Caberá ao empreendedor instituir parcerias de outras instituições, universidades, ONG's, associações e profissionais independentes e a comunidade local, para a colaboração nas atividades educativas. Será de responsabilidade da consultoria executora, a aproximação, apresentação e formalização dessas parcerias. As ações de acompanhamento e avaliação previstas no PCA serão executadas por meio da realização constante de reuniões em todos os municípios, relatórios mensais de atividades e questionários dirigidos de avaliação aplicados após a realização das atividades.

Será solicitado no Anexo I deste parecer apresentação de relatórios anuais das atividades executadas.



7.6 Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

O programa apresentado visa criar mecanismos de atuação no controle preventivo e extinção dos incêndios florestais.

Na prevenção foram contidas ações que permitirão tanto antecipar a tomada de decisões sobre um eventual risco de ocorrência de incêndio quanto atuar diretamente sobre as potenciais causas que provocam os incêndios. As ações consideradas no Programa foram o Monitoramento Meteorológico tornando-se possível prevenir e antecipar as ações de combate e minimizar as perdas e danos caso ocorra um incêndio; construção e manutenção de aceiros com a finalidade de deter a propagação de incêndios; construção e manutenção de fontes de água por meio de Lagos e pequenas barragens dentro da propriedade florestal que trazem grandes benefícios para prevenção e controle de incêndios florestais; sistema de detecção de focos e comunicação que consiste na observação e comunicação, para a pessoa responsável pelo combate, a localização dos focos de incêndios com precisão suficiente para permitir o acesso à área o mais rápido possível. A observação poderá ser efetuada de duas formas, sendo fixa e móvel. A detecção fixa é realizada através de observação e monitoramento por meio de torre de observação, enquanto que a detecção móvel é realizada através de patrulhamento terrestre; formação de brigadas de combate a incêndios florestais. A empresa apresentou, conforme o quadro 8, a estrutura que atualmente se encontra disponível para atendimento à estrutura da silvicultura.

Quadro 8 - Estrutura de combate a incêndio

Descrição	Norflor	Escala
Caminhões Especializados	2	4x2
Torre para Vigilância Patrimonial	2	24
Torristas	6	12x36
Monitores com Motos	3	12x36
Monitor com Carro	2	12x36
Brigada de combate à incêndio	22 (11)	12x36
Ferramentas e utensílios	Abafadores, Bombas Costais, Pingas Fogos	

Fonte: Norflor, 2017

7.7 Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais

De acordo com o PCA, o monitoramento visou o acompanhamento sistematizado de parâmetros indicadores da evolução da qualidade ambiental e sanitária do sistema hídrico, tendo em vista as mudanças decorrentes da implantação do empreendimento.

Os parâmetros físico-químicos analisados foram: Cloretos, condutividade elétrica, Demanda Bioquímica de Oxigênio, Fósforo Total, Manganês, Boro, Nitrogênio total, oxigênio dissolvido, pH, Sulfatos, Temperatura e Zinco, óleos e graxas. Também deverão ser monitorados a presença de Glifosate e Sulfloramida.

Em 2017 foram analisados 08 cursos hídricos atendendo ao período seco do ano, sendo a coleta da água realizada no dia 30 de agosto de 2017. Os resultados foram apresentados em setembro.



Além disso, réguas fluviométricas foram instaladas para avaliação do volume d'água nesses cursos hídricos. As comparações serão feitas anualmente a partir de 2018.

Encontram-se anexados aos autos do processo as análises dos monitoramentos realizados e os mesmos se encontram dentro dos padrões referentes aos valores COPAM/CERH 01/2008.

7.8 Programa de Educação Patrimonial

O Programa de educação patrimonial do PCA propôs trabalhos visando a preservação e valorização do patrimônio cultural. Para atender o programa de educação patrimonial foi implantado o Programa SABER que discute temas ambientais e de resgate cultural junto as lideranças comunitárias. Para ampliar conhecimento sobre a riqueza cultural local, foi implantado um projeto junto a três universidades (Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e Universidade Estadual de Montes Claros), visando o Levantamento e Diagnóstico socioeconômico dos povos e comunidades tradicionais do entorno da Norflor. Este projeto tem como objetivo principal mapear possíveis famílias Geraizeiras, seus modos e costumes. Os relatórios concernentes ao projeto SABER e ao projeto de comunidades tradicionais foi apresentado pelo empreendedor.

7.9 Programa de Monitoramento de Avifauna

Este programa tem como objetivo diagnosticar a comunidade de aves na área de influência do empreendimento Norflor. Serão utilizadas várias metodologias para analisar a riqueza e a abundância de espécies ocorrentes na região, tais como:

- Contato visual com auxílio de binóculo;
- Contato auditivo com a utilização de um gravador portátil e microfone unidirecional para a obtenção de registros de espécies importantes, além da aplicação da técnica de *play back*, e;
- Redes de neblina.

7.10 Programa de Monitoramento de Mastofauna

Neste programa serão realizados levantamentos secundários e estudos no campo, através de amostragem diurna e noturna, utilizando duas metodologias principais, armadilhas fotográficas e transectos. As metodologias terão o objetivo de realizar o registro de evidências diretas, através de visualização e captura e indireta como: fezes, rastros, pelos, tocas, restos de alimento, odores e ossadas.

7.11 Programa de Monitoramento de Herpetofauna

Para a realização deste programa será utilizada a metodologia sistemática, isto é, busca ativa limitada por tempo para a realização das análises estatísticas e metodológicas complementares para a composição qualitativa da Taxocenose. Além desta metodologia serão utilizadas as metodologias de *Road Sampling* (amostragem em estradas), encontro ocasional, entrevistas e consulta de dados previamente publicados. A coleta de informações para efeito de levantamento e diagnóstico será realizada na área de influência direta do empreendimento.



De acordo com a amostragem por censo por encontro visual, deve ser realizada uma busca por ninhos de espuma, girinos, jovens e adultos em todos os microambientes ocupados por esses animais.

7.12 Programa de Monitoramento da Ictiofauna

O objetivo deste programa é inventariar a ictiofauna local, levando-se em consideração a composição das espécies encontradas, bem como a quantidade de corpos d'água na área de influência. As principais metas deste programa são: reconhecimento das áreas de recursos hídricos na AID e comparar a composição das populações de peixes entre os pontos e durante as atividades do empreendimento. Para isso serão utilizadas redes de arrasto e peneira de malha 2mm.

7.13 Monitoramento de Flora

A empresa institui, implementa e mantém um sistema de monitoramento para seus processos e atividades relacionadas ao Manejo Florestal, implementando a parte ambiental como: solo, água, flora, fauna e recursos naturais.

8 Cumprimento do TAC Norflor

8.1 Programa de Contenção de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas

Segundo consta no relatório de atendimento ao TAC, anualmente a Norflor faz a limpeza de aceiros e caixas de contenção em suas propriedades, onde os locais são definidos pela empresa, de acordo com a necessidade.

Além disso, executa ações de proteção do solo como, manutenção de galhadas e folhas no talhão, proibição de uso do fogo no interior da propriedade, correção e adubação de solo e recuperação de áreas degradadas.

Em 2017 a Norflor reformou aproximadamente 37 km de aceiros externos (estradas principais e acessos em pontos estratégicos no controle a incêndio); realizou manutenção de 1.105 caixas e camalhões, e tem pretensão de reformar mais 111 Km de aceiros externos, 24 Km de aceiros internos e construir mais 20 caixas e camalhões em locais com risco ocasionarem erosão. Estão sendo realizados trabalhos de recuperação de áreas degradadas sendo uma na fazenda Santa Terezinha e outra na Córrego do Meio. Na primeira, os trabalhos começaram efetivamente em 2014.

Como medida de controle de sedimentos, foram instaladas estacas no interior de caixas de contenção e barraginhas com o objetivo de analisar anualmente o volume de sedimento acumulado e conseqüentemente o volume de perda de solo, verificando assim, a eficiência das medidas para contenção de processos erosivos.



8.2 Subprograma de Recuperação de Áreas Degradadas - Cascalheiras (Prad Cascalheira)

Conforme o relatório e o Plano de Controle Ambiental, ocorre o Preparo de solo com subsolagem, adubação e plantio de mudas em quatro cascalheiras que não serão mais utilizadas pela Norflor. As próximas etapas consistirão na transposição de sementes e serrapilheira.

8.3 Programa de Manutenção dos Veículos e Equipamentos Agrícolas

A empresa realiza a manutenção dos tratores em consonância com o plano, sendo estabelecido troca periódicas de óleo de motor e filtros com até 1000 HM e mais outros ajustes nas máquinas, além de algumas manutenções corretivas quando necessárias. Para atender a normas ambientais, quando estas manutenções são realizadas no campo, a máquina é colocada sobre uma lona para que todos resíduos oleosos sejam recolhidos para que não haja danos ao meio ambiente.

A manutenção dos caminhões é feita a cada 10.000 (dez mil) quilômetros rodados sendo que, com 10.000 troca-se óleo do motor e filtros; com 20.000 troca-se óleo do motor e filtros e revisam-se rodas e suspensão; e com 40.000 quilômetros troca-se todos os óleos e filtros, revisa-se rodas, suspensão e regula-se a bomba injetora. As manutenções dos caminhões são realizadas em oficinas credenciadas e/ou em concessionárias autorizadas das marcas (Mercedes-benz e Volkswagen). A higienização dos caminhões é feita em lava-jatos de Montes Claros. É realizada uma inspeção anual eletromecânica em todos os caminhões da empresa.

As motos são revisadas a cada 1000 km rodados, onde há a troca de óleo a substituição de peças quando necessário. Entende-se que as ações para a manutenção, a empresa atinge o objetivo do Plano.

8.4 Programa de Educação Ambiental

O programa foi executado pela MM Social Consultoria e no relatório apresentado constam as ações realizadas junto ao público externo e interno, sendo julgado satisfatório.

8.5 Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

O programa proposto propôs a avaliação do sistema atual e a sua adequação. A Norflor conta com uma brigada de incêndios interna. Os treinamentos são efetuados a cada dois anos com o apoio do Corpo de Bombeiro de MG. Em 2017 foi implantado também o projeto brigada comunitária, onde membros de associações comunitárias vizinhas, contribuem na prevenção de incêndios. Entende-se que a empresa vem atendendo satisfatoriamente este programa, como demonstrado no relatório.

8.6 Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais

Em 2017 foram analisados 08 cursos hídricos atendendo ao período seco do ano, sendo a coleta da água realizada no dia 30 de agosto de 2017. Os resultados foram apresentados em setembro.

Além disso, réguas fluviométricas foram instaladas para avaliação do volume d'água nesses cursos hídricos. As comparações serão feitas anualmente a partir de 2018.



O empreendedor propõe a análise dos parâmetros macroscópicos com base em parâmetros descritos na planilha elaborada pela Norflor “TABELA DE DADOS QUANTITATIVOS-ÁGUA”. Esclarece que a metodologia de análise foi adaptada utilizando-se de informações de Gomes et. all, 2005 (Avaliação dos Impactos Ambientais em Nascente na cidade de Uberlândia/MG: Análise macroscópica).

8.7 Programa de Educação Patrimonial

O Programa de educação patrimonial foi implantado conforme o Programa SABER que discute temas ambientais e de resgate cultural junto as lideranças comunitárias. Para ampliar conhecimento sobre a riqueza cultural local, foi implantado um projeto junto a três universidades (Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e Universidade Estadual de Montes Claros), visando o Levantamento e Diagnóstico socioeconômico dos povos e comunidades tradicionais do entorno da Norflor. Este projeto tem como objetivo principal mapear possíveis famílias Geraizeiras, seus modos e costumes.

Este levantamento possibilita novas formas de convivência e trabalhos conjuntos, tais como, o manejo do Cerrado para produção de frutos em áreas de conservação da empresa, sempre com o foco na valorização dos seus modos próprios de ser e viver, podendo reverberar em processos de autoafirmação de sua identidade.

Segundo os resultados parciais, apresentados no trabalho, pode-se identificar algumas notas relevantes, tais como:

- Verificou-se, nessa primeira etapa do levantamento e diagnóstico, que existem nas Regiões de estudo, no Norte e Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais, características inerentes aos Povos e Comunidades Tradicionais como descritas no Decreto 6.040 Art. 3º, também apresentadas na Cartilha dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e no Padrão FSC;
- Ressalta-se o fato de que até o presente momento não existiu nenhuma autoidentificação das famílias e comunidades em relação aos Povos Geraizeiros, em particular. Já em relação aos Povos e Comunidades Tradicionais existiram autoidentificações, porém após leitura do Art. 3º do Decreto 6.040 e de explicação didática;
- Não existem uma verificação de distinção dessas comunidades tradicionais visitadas para com a sociedade nacional e de seu isolamento, isto é, sem o devido acesso aos direitos e deveres da sociedade brasileira em geral, como escolas, sistema público de saúde, acesso a programas sociais governamentais etc.;
- Semelhante ao item anterior, as comunidades adjacentes à Norflor não apresentam distinção para com a sociedade nacional e não se encontram em isolamento, isto é, sem o devido acesso aos direitos e deveres da sociedade brasileira em geral, como escolas, sistema público de saúde, acesso a programas sociais governamentais etc.;
- Além dos aspectos de isolamento e acesso a direitos da sociedade, estão sendo realizados os mapeamentos territoriais das famílias nas cidades de Padre Carvalho, Grão Mogol e Josenópolis que nortearão e subsidiarão uma melhor compreensão espaço-territorial dos mesmos e possíveis programas e projetos futuros;



Diante das observações, o trabalho define que, o fato do projeto de trabalho estar em andamento, em se tratando de tema de complexo entendimento de postura ética e de enorme importância, se verifica a necessidade de acompanhamento metodológico.

9 Compensações

9.1 Compensação Lei do Snuc

Foi protocolado na unidade Regional Norte do IEF em 26 de janeiro de 2018 sob o nº 08000000129/18, processo referente a compensação prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9985/2000 - Lei do SNUC. Entretanto, o mesmo foi recepcionado na Gerência de Compensação Ambiental - GCA em 06/02/2018 e foi devolvido para o empreendedor em 20/02/2018 através do Ofício nº 074/2018. Dessa forma, não foi formalizado o processo de compensação ambiental na Gerência, por ausência de documentação necessária segundo a Portaria IEF nº 55/2012.

Consta como condicionante deste parecer a apresentação do protocolo de abertura de processo referente ao Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) referente à obrigação constante no art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 Lei do SNUC.

10 Controle Processual

10.1 Competência para análise do presente processo

Na 24ª reunião do Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável, realizada no dia 04 de abril de 2017, a presidente do INDI ressaltou que deverá ser considerado prioritário o processo de licenciamento da Norflor.

Em 20 de fevereiro de 2018, através da Deliberação GCPPDES nº 03/18, o Grupo Coordenador de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável determinou a análise do presente processo à Superintendência de Projetos Prioritários – SUPPRI.

10.2 Síntese do processo

Trata-se de análise de pedido de Licença de Operação Corretiva do empreendedor Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda., para a atividade de silvicultura, nos municípios de Josenópolis, Padre Carvalho e Grão Mogol/MG.

O empreendimento em questão foi classificado na Classe 5, conforme parâmetros da Deliberação Normativa COPAM nº. 74/2004, sendo, portanto, considerado de significativo impacto ambiental.

Dessa forma, em atendimento ao disposto no inciso IV do § 1º do art.225 da CF/88 veio o procedimento de licenciamento instruído com EIA/RIMA.

10.3 Auto de infração

O empreendimento foi fiscalizado em 20 de abril de 2017, conforme demonstra o Auto de Fiscalização nº100922/2017. Na ocasião, foi lavrado o auto de infração nº94689/2017, amparado no art. 83, I, código 106, do Decreto nº 44.844/2008 e na Lei nº 7.772/1980.



Foi imposta multa no valor de R\$35.885,25 (Trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) e, ainda, restou suspensa as atividades até a regularização ambiental do empreendimento.

10.4 Requerimento de TAC

Tratando-se de empreendimento em operação, sem a competente licença ambiental, cujas atividades foram suspensas pela fiscalização (AI 94689/2017) aplica-se o disposto no art. 106, § 11, da Lei Estadual nº 20.922/2013, *in verbis*:

Art. 106. As ações e omissões contrárias às disposições desta Lei sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo, no que couber, da obrigação de reparação do dano ambiental:

*§ 11. Ao infrator que estiver exercendo atividade em desconformidade com as normas previstas nesta Lei, além das demais penalidades cabíveis, **poderá ser aplicada a penalidade de suspensão de atividades**, a qual prevalecerá até que o infrator obtenha a **autorização devida ou firme termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental**, com as condições e prazos para funcionamento do empreendimento até a sua regularização.*

De acordo com o art. 14, do Decreto nº 44.844/2008, o empreendimento ou atividade instalado, em instalação ou em operação, sem a licença ambiental pertinente deverá regularizar-se obtendo LI ou LO, em caráter corretivo, mediante a comprovação de viabilidade ambiental do empreendimento. No parágrafo terceiro, temos:

*§ 3º – A continuidade da instalação ou do funcionamento de empreendimento ou atividade concomitantemente com o trâmite do processo de Licenciamento Ambiental ou de AAF previstos pelo caput e § 1º, respectivamente, **dependerá de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com o órgão ambiental**, com previsão de condições e prazos para instalação e funcionamento do empreendimento ou atividade até a sua regularização.*

Neste sentido, o requerimento do TAC se fez pertinente. Assim, em 05 de julho de 2017, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, entre a NORFLOR, representada por Fabiano José Lago e Flávio Roberto Figueiredo da Silva e o Estado de Minas Gerais, por meio da Superintendência de Projetos Prioritários – SUPPRI, representada pelo seu superintendente, Sr. Rodrigo Ribas, para a adequação do empreendimento à legislação ambiental, visando a continuidade da operação da atividade de silvicultura, conforme condições definidas no artigo 14, § 3º do Decreto Estadual nº. 44.844/2008, fls. 418.

10.5 Documentação apresentada

O Empreendedor iniciou o licenciamento ambiental de sua atividade por meio do FCE – Formulário de Caracterização do Empreendimento nº R358811/2016 (fls.01), tendo sido a formalização do processo orientada pelo FOB – Formulário de Orientação Básica nº 1394469/2016.



De acordo com FOB citado, para a formalização do processo, é obrigatória a apresentação dos documentos listados abaixo, os quais foram devidamente entregues conforme descrito no Recibo nº 0306022/2017 (fls.08):

- **FCE:** documento apresentado às fls. 01/05;
- **FOB:** documento apresentado às fls.06/07;
- **Procuração ou equivalente:** documento apresentado às fls. 08. Consta como procuradores a Sra. Adauta Oliveira Braga e Sr. Adailton Pereira Ferreira (responsável pela assinatura do FCE e outros documentos). Posteriormente, foi apresentado documento atualizado (pasta 03)
- **Requerimento de licença:** Documento apresentado às fls. 18, assinado pelo representante da empresa, que possui poderes para tanto de acordo com a procuração apresentada, às fls.08;
- **Coordenadas geográficas de um ponto central do empreendimento:** documento apresentado às fls.22;
- **Declaração original da prefeitura municipal atestando a conformidade do empreendimento com as leis municipais:** Foi apresentada declaração emitida pelo município de **Padre Carvalho** por meio do Prefeito Antenor Santa Rosa, informou em 08 de dezembro de 2016 que o tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município, fls.19, nos termos do § 1º do art.10 da Resolução CONAMA nº. 237/1997. A Prefeitura de **Josenópolis** por meio da Prefeita Paula Andrade Viana Alcântara, informou em 23 de janeiro de 2017 que o tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município, fls. 20, nos termos do § 1º do art.10 da Resolução CONAMA nº. 237/1997. A Prefeitura de **Grão Mogol** por meio do Prefeito Hamilton Gonçalves Nascimento, informou em 08 de março de 2017 que o tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município, fls. 21, nos termos do § 1º do art.10 da Resolução CONAMA nº. 237/1997.
- **Documento que comprove a data de implantação das atividades a ser licenciadas, tais como: cartão de produtor rural, receituário agrônomo, cartão de vacinação dos animais, notas fiscais de aquisição de materiais e serviços relativos às atividades desenvolvidas:** documentos apresentados às fls. 24/29;
- **Recibo de pagamento dos custos de análise:** documento apresentado às fls.16/17;
- **Certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal:** documento apresentado às fls.770.Foram apresentados certificados de regularidade do Cadastro Técnico Federal atualizados às fls.992 (pasta 03).
- **Cópia digital acompanhada de declaração atestando que confere com o original:** documento apresentado às fls. 33; o CD com a cópia digital do processo encontra-se anexado as fls. 34;
- **EIA acompanhado de ART :** Documento apresentado às fls 215, elaborado pela empresa Nativa Serviços Ambientais Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.466.493/0001-24, e acompanhado de ART de Ricardo de Souza, Roberto Dayrell, Angélica Tatiana Estevam, Cristiane Castaneda, Adailton Pereira Ferreira, Adriano Marques, Murilo Mariz, Mariana Martins, Sara Machado e Viviane do Carmo, fls. 752/762. Observa-se, contudo, que foram apresentados novos documentos, devidamente assinados e quitados (pasta 03).



- **RIMA acompanhado de ART:** Documento apresentado as fls.763, elaborado pela empresa Nativa Serviços Ambientais Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.466.493/0001-24, e acompanhado de ART de Adailton Pereira Ferreira, fls. 769;
- **PCA acompanhado de ART:** Documento apresentado às fls.127, elaborado pela empresa Nativa Serviços Ambientais Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.466.493/0001-24 e acompanhado de ART de Viviane do Carmo Viegas Mariz, Sara Machado, Murilo Mariz, Mariana Martins, Adriano Marques, Cristiane Castaneda, Angélica Tatiana Estevam, Roberto Dayrell e Ricardo de Souza, fls. 205/214. Observa-se, contudo, que foram apresentados novos documentos, devidamente assinados e quitados (pasta 03).
- **Publicação do requerimento de licença:** documento apresentado às fls. 771, indicando publicação feita pelo empreendedor no Jornal Estado de Minas, de circulação no dia 22 de março de 2017, informa que foram apresentados EIA/RIMA, e comunica aos interessados na solicitação de audiência pública abertura de prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, nos termos da Deliberação Normativa COPAM 13/1995. Consta, às fls.772, publicação feita pelo Estado de Minas Gerais no Diário Oficial do dia 25 de março de 2017, pág. 36;
- **Comprovante do pagamento de emolumentos:** documento apresentado às fls.14/15.

Observamos que a formalização do processo se deu no prazo determinado no FOB, ou seja, dentro dos 180 dias estipulados.

Além dos documentos acima descritos, foram apresentados: Cópia da 11ª alteração do Contrato Social da empresa, fls. 36/42, bem como Comprovante de Inscrição do CNPJ e sua situação cadastral "Ativa" junto à Receita Federal, fls.30.

Foi apresentado ainda, o Relatório espeleológico, fls. 706/750, elaborado pela Biopreservação – Consultoria e emp. Ltda., inscrita no CNPJ nº 05.974.171/0001-35, acompanhado da anotação de responsabilidade técnica de Pedro Cesar R. Pereira, fls. 751.

10.6 Intervenção Ambiental/Reserva Legal

O empreendedor informa que não fará intervenção ambiental (supressão de vegetação, intervenção em APP – área de preservação permanente).

Por se tratar de imóvel localizado em área rural é necessária a manutenção de 20% do total da propriedade como forma de reserva legal, que é verificada no CAR às fls.885/923.

De acordo com o art. 18 da Lei Federal nº12.651/2012, a área de Reserva Legal será registrada no órgão ambiental competente, por meio de inscrição da propriedade ou posse rural no Cadastro Ambiental Rural -CAR. O § 4º do mesmo artigo prevê que registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis.

10.7 Unidades de Conservação

Conforme informado nos itens 4.3 e 4.4 do FCE, não haverá intervenção em unidades de conservação ou zona de amortecimento. Portanto, desnecessária a apresentação de ciência ou de anuência determinada pela Resolução CONAMA nº 428/2010.



10.8 Cavidades

Conforme parecer técnico acima, não ocorrerá intervenção em patrimônio espeleológico. Assim, inaplicável a legislação de regência.

10.9 Manifestação de órgãos intervenientes

O art. 27 da Lei Estadual nº 21.972/2016, aduz que:

Art. 27º - Art. 27. Caso o empreendimento represente impacto social em terra indígena, em terra quilombola, em bem cultural acautelado, em zona de proteção de aeródromo, em área de proteção ambiental municipal e em área onde ocorra a necessidade de remoção de população atingida, dentre outros, o empreendedor deverá instruir o processo de licenciamento com as informações e documentos necessários à avaliação das intervenções pelos órgãos ou entidades públicas federais, estaduais e municipais detentores das respectivas atribuições e competências para análise.

O empreendedor apresentou Declaração indicando que não haverá nenhuma das situações elencadas no art. 27 da Lei Estadual 21.972/2016 na área do empreendimento (pasta 03).

Dessa forma, de acordo com a Orientação Sisema 04/2017 - item 2.7, desnecessária a manifestação dos órgãos intervenientes no caso em tela.

10.10 Certidão Negativa de Débitos

A resolução SEMAD nº 412, prevê em seu art. 11, II:

Art. 11 - Não ocorrerá a formalização do processo de AAF ou de licenciamento ambiental, bem como dos processos de autorizações de uso de recursos hídricos e intervenções em recursos florestais, nas seguintes hipóteses, configuradas isoladamente ou em conjunto:

II - quando for constatado débito de natureza ambiental;

Por meio da Certidão n.º 0161633/2018, lavrada pela Supram Norte de Minas em 22 de fevereiro de 2018, verificou-se a inexistência de débito decorrente de aplicação de multas por infringência à legislação ambiental.

10.11 Indenização dos custos de análise - Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM Nº 2125/2014

Os custos referentes ao pagamento dos emolumentos constam devidamente quitados, conforme se verifica por meio do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) apresentado, fls.14/17.

Os custos referentes à análise processual serão apurados em Planilha de Custos.



Ressalta-se que nos termos do art. 7 da Deliberação Normativa n.º 74/04 o julgamento e a emissão da respectiva licença ambiental ficam condicionados à quitação integral dos referidos custos.

10.12 Considerações finais

O presente processo encontra-se devidamente formalizado e instruído com a documentação exigida pela SEMAD. Não se verificou nenhuma irregularidade de ordem formal que pudesse implicar em nulidade do procedimento adotado.

Sendo assim, não havendo qualquer óbice legal que impeça o presente licenciamento, recomenda-se o **deferimento da Licença de Operação Corretiva, nos termos do parecer técnico, pelo prazo de 10 (dez) anos** nos termos do art. 10 do Decreto nº 44.844, alterado pelo art. 2º do Decreto Nº 47.137 de 24/01/2017.

Observamos que, em caso de descumprimento de condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação ou ampliação realizada sem comunicação prévia ao órgão ambiental competente, estará a empreendedora sujeita à autuação.

11 Conclusão

Este Parecer Único visa subsidiar o julgamento do pedido de Licença de Operação Corretiva (LOC) o qual foi elaborado após a apresentação pela empreendedora de todas as informações necessárias à regularização ambiental para a análise. Para tanto, coube neste caso à equipe técnica interdisciplinar da SUPPRI a análise dos estudos ambientais apresentados, bem como a realização de reuniões, vistoria em campo e a solicitação de informações complementares.

A equipe interdisciplinar da Superintendência de Projetos Prioritários sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação Corretiva, para o empreendimento Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda, nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste Parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Câmara Técnica Agrossilvipastoris – CAP.

Oportuno advertir à empreendedora que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação ao órgão ambiental tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência de Projetos Prioritários não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s), de acordo com o que dispõe a Resolução CONAMA 237, *in verbis*:

Art. 11 - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.



Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças e anuências legalmente exigíveis.

12. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação Corretiva

Anexo II. Programa de Automonitoramento

Anexo III. Relatório Fotográfico

Anexo IV. Lista de terceiros e situação fundiária





ANEXO I
Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC)

Empreendedora: Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda Empreendimento: Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda CNPJ: 08.979.772/0001-29 Municípios: Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho Atividade(s): Silvicultura Código(s) DN 74/04: G-03-02-6 Processo: 00215/2008/006/2017 Validade: 10 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar DCC - Declaração de Corte e Colheita quando for ocorrer a supressão do eucalipto	Quando for ocorrer a Supressão do Eucalipto
02	Apresentar relatório anual com ART da recuperação das áreas das antigas cascalheiras e demais áreas degradadas, conforme projeto aprovado e em execução.	Anualmente durante 5 anos
03	Apresentar Termo de responsabilidade/compromisso de averbação e conservação de reserva legal/ relocação, registrado em Cartório de Registro de Imóveis.	60 dias
04	Apresentar o Protocolo de abertura de processo referente ao Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) referente à obrigação constante no art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 Lei do SNUC.	30 dias após a publicação da LOC
05	Realizar o afugentamento da fauna durante a supressão de Floresta Plantada de eucalipto, e caso não seja possível o afugentamento entrar em contato com o órgão ambiental solicitando a autorização para o resgate da fauna, conforme previsto pela Instrução Normativa IBAMA nº. 146/2007 e termos de referência disponíveis no http://www.meioambiente.mg.gov.br/regularizacaoambiental/manejo-da-fauna , para avaliação da equipe técnica e obtenção da Autorização para Manejo da Fauna Terrestre.	Durante a Supressão do Eucalipto
06	Apresentar requerimento para regularização da outorga do barramento existente.	30 dias após a publicação da LOC
07	Adequar o escopo do PEA em conformidade com o termo de referência do Anexo I da DN 214/2017.	30 dias após a concessão da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva

Empreendedora: Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda
Empreendimento: Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda
CNPJ: 08.979.772/0001-29
Municípios: Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho
Atividade(s): Silvicultura
Código(s) DN 74/04: G-03-02-6
Processo: 00215/2008/006/2017
Validade: 10 anos

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Entrada e saída da caixa separadora de água e óleo	DBO, DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, agentes tensoativos, pH, temperatura, óleos e graxas	Semestral
Entrada e saída dos Sistemas de tratamento de efluentes sanitários	DBO, DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, agentes tensoativos, pH, temperatura, óleos e graxas, coliformes termotolerantes	Semestral

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

2. Águas Superficiais

Dar continuidade ao monitoramento conforme para parâmetros conforme a DN COPAM/CERH nº 01/2008 referente a classe 02.

Relatórios: Enviar os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios cadastrados conforme DN 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises. Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: As análises físico-químicas deverão ser realizadas por empresas independentes, de idoneidade comprovada. Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA*, última edição.

3. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar semestralmente, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.



Resíduo				Transportador		Disposição final		Obs. (**)	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geraçã o kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social		Endereço completo

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pela empreendedora. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo a empreendedora cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pela empreendedora.



ANEXO III Relatório Fotográfico









Área de Outorga de uso insignificante



Área de ravina em recuperação



Cascalheira em recuperação



Muda plantada em área de cascalheira em recuperação



Cascalheira em recuperação



Ponto de Outorga de uso insignificante?



APP Borda de Chapada





Aporte de Serrapilheira - UFMG



Decomposição Serrapilheira - UFMG



Foto do barramento a ser regularizado



ANEXO IV

Lista retratando a situação de cada terceiro e a situação negocial junto à empresa NORFLOR.

Posseiros Fazenda Córrego do meio			situação	Residência	Divisa	Relacionamento
Nº	Nome	Status de regularização				
1	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Não moram no local	Cercada	Concorda com a divisa
1A	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial				
2	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Não moram no local	Cercada	Concorda com a divisa
3	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
3a	xxxx		TERRENO FAMILIAR			
3b	xxxx					
3c	xxxx					
4	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Não mora no local	cercada	Concorda com a divisa
5	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
6	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Mora no local	Cercada em parte	Não concorda com a divisa
7	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Não mora no local	Cercada em parte	Concorda com a divisa
8	xxxx	Em regularização	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
8A	xxxx					
8B	xxxx					
9	xxxx	Em regularização	Titulo do ITER	Não mora no local	Cercada em parte	Não concorda com a divisa
10	xxxx	Em regularização	Titulo do ITER	Não mora no local	Não é cercada	Não concorda com a divisa
11	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
12	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Mora no local		Concorda com a divisa
13	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas		Não mora no local	Cercada	Não concorda com a divisa



Posseiros Fazenda Córrego do meio			situação	Residência	Divisa	Relacionamento
Nº	Nome	Status de regularização				
15	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
15A	XXXX					
15B	XXXX					
15C	XXXX					
16	XXXX	Em regularização	Processo usucapião	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
17	XXXX	Em regularização	Processo usucapião		Cercada	Concorda com a divisa
18	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
19	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
20	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
21	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
22	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
23	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
24	XXXX	Em regularização	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
25	XXXX	Em regularização	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
26	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
27	XXXX	Em regularização	Título do floresta Rio Doce	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
28	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
28A	XXXX					
29	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa



Posseiros Fazenda Córrego do meio			situação	Residência	Divisa	Relacionamento
Nº	Nome	Status de regularização				
30	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
31	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
32	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
33	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
34	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
34A	XXXX					
35	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
36	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
36A	XXXX					
36B	XXXX					
37	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
38	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Não mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
39	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
39A	XXXX					
40	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
41	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
42	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa



Posseiros Fazenda Córrego do meio			situação	Residência	Divisa	Relacionamento
Nº	Nome	Status de regularização				
43	xxxx	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa
44	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Mora no local	cercado	Não concorda com a divisa
45	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Mora no local	cercado	Não concorda com a divisa
46	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Mora no local	cercado	Não concorda com a divisa
47	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa
48	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa
49	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa
50	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Não mora no local	cercado	Não concorda com a divisa
51	xxxx	Em regularização	Título Floresta Rio Doce	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa
52	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
53	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa
54	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
55	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
56	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
57	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
58	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
59	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
60	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa



Posseiros Fazenda Córrego do meio			situação	Residência	Divisa	Relacionamento
Nº	Nome	Status de regularização				
61	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa
62	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	cercado	Concorda com a divisa
63	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	cercado	Concorda com a divisa
64	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
65	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
66	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
67	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
68	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Título da Floresta Rio Doce	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
69	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
70	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
71	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
72	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Título da Floresta Rio Doce	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
73	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
74	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
75	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
76	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
77	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferencia de divisas	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Não concorda com a divisa
78	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferencia de divisas	Posseiro	Não mora no local	Não é cercada	Não concorda com a divisa
79	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa



Posseiros Fazenda Córrego do meio			situação	Residência	Divisa	Relacionamento
Nº	Nome	Status de regularização				
80	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
81	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
82	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
83	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada em parte	Concorda com a divisa
83A	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
84	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
85	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
86	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
87	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
88	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
89	XXXX	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Não concorda com a divisa
90	XXXX	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
91	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
92	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
93	XXXX	Em regularização	Título da Floresta Rio Doce	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
94	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
94A	XXXX	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
94B	XXXX					
94C	XXXX					



Posseiros Fazenda Córrego do meio			situação	Residência	Divisa	Relacionamento
Nº	Nome	Status de regularização				
95	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Não mora no local	Não é cercada	Não concorda com a divisa
96	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Não mora no local	Não é cercada	Não concorda com a divisa
97	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
98	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
99	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Não concorda com a divisa
100	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
101	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
102	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
103	xxxx	Empresa está resgatando documentação para estudo e conferência de divisas	Posseiro	Mora no local	Cercada em parte	Não concorda com a divisa
104	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
105	xxxx	Empresa não conseguiu contato	Posseiro	Não mora no local	Cercada	Concorda com a divisa
106	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
107	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Não é cercada	Concorda com a divisa
108	xxxx	Avaliação da documentação para lavratura de Ata notarial	Posseiro	Mora no local	Cercada em parte	Concorda com a divisa
109	xxxx	Em regularização	Título do ITER	Mora no local	Cercada	Concorda com a divisa